



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 67

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição, a seguinte emenda ao texto constitucional:

O art. 185 da Constituição passa a ter a seguinte redação:

"Art. 185. É vedada a acumulação de cargos, no Serviço Público federal, estadual, municipal ou dos Territórios e Distrito Federal, bem como em entidades autárquicas, parastatais ou sociedades de economia mista, exceto a prevista no art. 96, nº I, a de dois cargos de magistério, ou a de um destes com outro técnico ou científico ou, ainda, a de dois destinados a médicos, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horário.

Parágrafo único. Exceção fazem-se da proibição deste artigo os professores da antiga Fundação Educacional do Distrito Federal, considerados servidores municipais da Prefeitura do Distrito Federal, por força da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1933, respeitada a compatibilidade de horário."

Brasília, 25 de maio de 1966

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ADALTO CARDOSO
Presidente
Baptista Ramos
1º Vice-Presidente
José Bonifácio
2º Vice-Presidente
Nilo Coelho
1º Secretário
Henrique La Rocque
2º Secretário
Antez Badra
3º Secretário
Ary Alcântara
4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

MOURA ANDRADE
Presidente
Nogueira da Gama
Vice-Presidente
Dinarte Mariz
1º Secretário
Gilberto Marinho
2º Secretário
Barros de Carvalho
3º Secretário
Cattete Pinheiro
4º Secretário

DESIGNAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 19, n. IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 14 de junho próximo, às 21,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, do seguinte veto presidencial:

— Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1965 (nº 2.766-B/65 na Câmara) que dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Senado Federal, em 25 de maio de 1966

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Congresso Nacional

Dias 7 e 8 de junho:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.) que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e da outras providências.

MENSAGEM

Nº 9, de 1966 (C. N.)

Nº DE ORIGEM 300

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do art. 5º, § 3º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tenho a honra de submeter a deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros da Viação e Obras Públicas, Fazenda e Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, o anexo projeto de lei que autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial de Cr\$ 97.500.000.000, para atender ao pagamento de obras rodoviárias.

Brasília, 25 de maio de 1966. — H. CASTELLO BRANCO

Projeto de Lei

Nº 8, de 1966 (C.N.)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.500.000.000 (noventa e sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para obras rodoviárias constantes do Programa de Construção, Pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.500.000.000 (noventa e sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, destinado a suplementar os recursos financeiros de que dispõe para realização do Programa de Construção, Pavimentação e Restauração de Rodovias do Plano Nacional de Viação para 1966.

Art. 2º O crédito especial a que se refere o Art. 1º terá vigência nos exercícios financeiros de 1966 e 1967.

Art. 3º Para ocorrer a essa Despesa, fica o Poder Executivo autorizado

a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro, no valor de setenta bilhões de cruzeiros, a serem colocadas pelo Tesouro Nacional e a utilizar contra partida em cruzeiros de empréstimos internacionais para cobertura dos restantes dezessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em 16 de maio de 1966.

E.M. nº 81-66.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A arrecadação do imposto único em 1966, prevista em 943.926 milhões de cruzeiros, reserva para o Fundo Rodoviário Nacional 840.094 milhões de cruzeiros no exercício, dos quais, por força de disposição legal, 50% (cinquenta por cento) se destinam aos Estados e Municípios, cabendo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, os restantes 40% (quarenta por cento) para atendimento de todas as suas atividades.

2. Para aplicação a cargo do Departamento em 1966, resulta, por consequência, o montante de 336.038 milhões de cruzeiros, dos quais 4% (quatro por cento) são transferidos à "construção, melhoria, pavimentação e instalações de aeródromos, aeroportos etc." (Lei nº 4.452-64 — Art. 1º) e 11% (onze por cento) vinculados à "substituição de ferrovias ou trechos ferroviários federais, reconhecidos como antieconômicos" (Lei nº 4.452-64 — Art. 6º, item I.)

3. Referidos destaques totalizando, no corrente exercício, 50.406 milhões de cruzeiros, reduzem a 285.632 milhões de cruzeiros a Receita Ordinária destinada a atender a atividade precípua do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, isto é, administração, fiscalização, conservação da rede rodoviária federal, construção, pavimentação e restauração das rodovias que integram o Plano Nacional de Viação, valor este que somado à previsão de 3.301 milhões de cruzeiros provenientes de receitas diversas (juros, alienação de material, multas, etc.), totaliza, finalmente 288.933 milhões de receita própria.

4. A estimativa da Despesa Corrente, destinada a atendimento dos gastos com administração, fiscalização e conservação da rede rodoviária federal, alcançando 134.950 milhões de cruzeiros, diminui para 153.883 milhões de cruzeiros a disponibilidade para aplicação em Despesas de Capital.

5. A execução dos programas de construção, pavimentação e restauração de rodovias do Plano Nacional de Viação, face aos acentuados aumentos de custos das obras e das despesas de Custeio do Departamento, exigiram, já em 1965, suplementação de recursos, sob as formas de crédito especial (50.000 milhões de cruzeiros em Obrigações do Tesouro) e de antecipação de despesas, à conta do Orçamento de 1966 (Decreto nº 56.369-65, no valor de 73.969 milhões de cruzeiros). Esses recursos suplementares, acrescidos de recursos externos da ordem de 24.200 milhões de cruzeiros, permitiram atingir-se, naquele exercício, o nível de investimentos de 264.000 milhões de cruzeiros.

6. Em 1966 a disponibilidade de recursos próprios para Despesas de Capital, no valor de 153.883 milhões de cruzeiros, face à necessidade de cobertura da antecipação de despesas já mencionadas, ficará reduzida para ... 79.814 milhões de cruzeiros.

7. Esse montante foi considerado insuficiente para o estabelecimento de um programa de obras rodoviárias, de vez que existe obrigação legal de investir 58.846 milhões de cruzeiros em pavimentação e Restauração de Rodovias, e uma previsão para Investimentos Diversos (Estudos, Equipamento, Material Permanente, etc.), amortização de Dívidas e Inversões financeiras, num valor de 50.171 milhões de cruzeiros, o que configura um "déficit" inicial de 29.003 milhões de cruzeiros.

8. Dêsse modo, no início do ano, através de entendimentos entre o Ministro da Viação e Obras Públicas e o Planejamento, estabeleceu-se, em princípio, a fixação de um programa de investimentos para 1966, num limite de 235.046 milhões de cruzeiros, assim constituídos: 58.846 milhões de cruzeiros de receita própria do Departamento no exercício; 71.000 milhões de cruzeiros mediante nova antecipação de despesas, nas bases do Decreto nº 56.369-65, 25.200 milhões de cruzeiros à conta de recursos externos e, finalmente, 80.000 milhões de cruzeiros a serem supridos por Crédito Especial.

9. Recentes estudos contudo, evidenciaram deficiências nos orçamentos elaborados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para as principais obras rodoviárias, e indicaram que, para o prosseguimento das mesmas em ritmo adequado, ne-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 30,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

cessita ainda aquele Departamento de substancial aumento de recursos.

10. Novos entendimentos foram então mantidos pelos Ministros signatários desta, e consultados ainda os representantes da USAID — entidade que vem participando do financiamento das obras da BR-2 (Via Dutra), — ficando estabelecido que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem poderia ser suprido de novos recursos para aplicação em Investimentos Rodoviários, alguns deles já estabelecidos, e outros dependentes da autorização de Vossa Excelência e aprovação do Congresso Nacional a saber:

a) 13.500 milhões de cruzeiros de orçamento próprio, provenientes da redução de Despesas de Custeio;

b) 50.000 milhões de cruzeiros, da USAID, para conclusão da BR-2 (Via Dutra), desde que:

b1) os recursos provenientes da USAID, seja aplicados exclusivamente nesta obra;

b2) não haja alteração no atual ritmo intensivo de trabalho;

b3) o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem se comprometa a suplementar qualquer excedente de custo, e

b4) não haja descontinuidade no atual sistema de fiscalização até o término da obra; e, finalmente,

c) 97.500 milhões de cruzeiros do Tesouro Nacional, caso seja aprovado por Vossa Excelência, mediante Crédito Especial, a ser solicitado ao Congresso Nacional, dos quais 80.000 milhões de cruzeiros a serem cobertos por Obrigações do Tesouro, por este alocados e 17.500 milhões de cruzeiros, mediante destaque do Fundo de Reserva Monetária, criado em virtu-

de de contrapartida de empréstimos externos.

11. Também quanto aos novos recursos nacionais, ficou assentado que terão aplicação como reforço de dotações já existentes, nas obras abaixo discriminadas, consideradas de absoluta prioridade:

USOS:

Rodovias — Cr\$ milhões	
BR-2 atual 462/116	5.850
BR-05 atual 101	4.026
BR-11 atual 304/101	6.570
BR-13 atual 116	6.570
BR-16 atual 163	4.710
BR-31 atual 262	35.210
BR-34 atual 267	9.430
BR-35 atual 277/373	10.401
BR-37 atual 290	7.011
BR-59 atual 468/101	22.605
Restauração de rodovias ...	7.437
Total	111.000

Fontes: — Cr\$ milhões

Crédito especial	97.500
Economia do custeio	13.500
Total	111.000

12. Com essas medidas, o nível de investimentos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em obras rodoviárias, atingiria o montante de 306.246 milhões de cruzeiros, assim constituídos:

Recursos próprios — Orç. 66	58.846
Economia do custeio em 1966	13.500
Total	72.346

Nova antec. de despesas — Dec. nº 56.369-65

Recursos externos:	
--------------------	--

U. S. A. I. D. ..	50.000
B. I. D.	15.400
Crédito especial	97.500

Total

13. Dêsse modo, submetendo o assunto à consideração de Vossa Excelência, tomamos a liberdade de anexar a minuta de Projeto de lei que — caso mereça aprovação — poderia ser encaminhado ao Congresso Nacional para a abertura do crédito especial em tela.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência nossos protestos do mais profundo respeito. — Juarez Távora, Ministro da Viação e Obras Públicas. — Octávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda. — Roberto de Oliveira Campos, Ministro-Extraordinário Para o Planejamento e Coordenação Econômica.

ATA DA 62ª SESSÃO, EM 26 DE MAIO DE 1966

4ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores Senadores:

José Gulomard
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Eugênio Barros
Victorino Freire
Joachim Parente
Menezes Pimentel
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Vilaga
Domício Gondim
Barros Carvalho

Ermírio de Moraes
Rui Palmeira
Dylton Costa
Josaphat Marinho
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Atílio Fontana
Guido Mondin
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de

SENADO FEDERAL

30 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.
Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(Restituição de autógrafa do Projeto de Lei sancionado)

Nº 152-66 (nº de origem 301-66), de 25 do mês em curso, com referência ao Projeto de Lei nº 4-66 (CN), que dispõe sobre a concessão do aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior (Projeto que, san-

cionado, transformou-se na Lei número 5.000, de 24-5-66).

OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 128, de 1966

(Nº 3.599-B/66, NA ORIGEM)

Isenta, por 5 (cinco) anos, das taxas de despacho aduaneiro, melhoramento dos portos, armazenagem e de renovação da Marinha Mercante equipamentos hospitalares, cirúrgicos, odontológicos e farmacêuticos importados pela SUSEME.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a isenção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, das taxas de despacho aduaneiro de 5% (cinco por

ento), de melhoramento dos portos, da armazenagem e de renovação da Marinha Mercante, para as importações de equipamentos e materiais hospitalares, cirúrgicos, odontológicos e farmacêuticos realizadas pela Superintendência de Serviços Médicos (SUSEME), autarquia do Estado da Guanabara.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 129, de 1966

(Nº 3.605-B/66, NA ORIGEM)

Concede, por 6 (seis) anos, isenção dos impostos de importação e consumo sobre a importação de material destinado à indústria aeronáutica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica isenta dos impostos de importação e de consumo, pelo prazo de 6 (seis) anos, a importação de equipamentos com os respectivos sobressalentes e ferramentas, destinados à indústria de material aeronáutico.

Parágrafo único. Igual tratamento é estendido à importação de material primário de especificação aeronáutica, de parte ou peça complementar de unidade a ser fabricada no País, segundo plano de nacionalização constante dos projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico — GEIMA.

Art. 2º A importação de equipamentos industriais, sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de matrizes, estampas, gabaritos, ferramentas e peças para a produção de aeronaves, cujos projetos industriais hajam sido aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico — GEIMA, poderá ser beneficiada com a isenção dos impostos a que se refere o art. 1º, desde que vinculada à indústria aeronáutica.

Art. 3º Os benefícios concedidos por esta lei não compreenderão os bens com similar nacional.

Art. 4º A outorga da isenção dos impostos é condicionada à aprovação, em cada caso, pelo Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico — GEIMA, do projeto industrial e programa de fabricação, cuja execução dependa da importação objeto do benefício fiscal ora concedido.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 130, de 1966

(Nº 3.607-B/66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, cent e setenta e dois cruzeiros), destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios de Ouro Branco, Branquinha, Jaramataia e Carneiros, no Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fa-

zenda, o crédito especial de Cr\$ 30.684.172 (trinta milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e dois cruzeiros) destinado ao pagamento das quotas federais dos impostos de consumo e renda, relativas ao exercício de 1963, devidas aos Municípios alagoanos de Ouro Branco, Branquinha, Jaramataia e Carneiros.

Art. 2º O crédito especial em questão será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 131, de 1966

(Nº 3.612-B/66, NA ORIGEM)

Altera disposições da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, revoga as Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1956, e nº 3.725, de 20 de dezembro de 1959, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o seguinte parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965: "Parágrafo único. A entrada na escala numérica a que se refere o § 1º do art. 94 do Decreto-Lei número 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares), não se processará quando se tratar de vaga proveniente da cota compulsória prescrita no art. 16 da presente Lei e necessária ao atendimento da finalidade da referida cota."

Art. 2º O § 5º do art. 16 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, passa a ter a seguinte redação:

"§ 5º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, não será consideradas como vagas normas as que fiquem preenchidas com a reversão à atividade de oficiais agregados e as que decorrerem da aplicação da cota compulsória."

Art. 3º Fica acrescentado o seguinte parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965:

"Parágrafo único. A verificação da incidência da letra d do art. 14 processar-se-á pelas Comissões de Promoções, quando o oficial vier a ser objeto de apreciação pela referida Comissão, para o ingresso em Quadros de Acesso ou em listas de Escolha."

Art. 4º O "caput" do art. 28 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28 — A incapacidade, no caso da letra c do art. 25, pode ser consequente a:

Art. 5º Ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 63 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, ficam revogadas as Leis nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, nº 3.067, de 22 de dezembro de 1956, e nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, e demais disposições que contrariam o estatuto da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 132, de 1966

(Nº 3.614-B/66, NA ORIGEM)

Modifica o § 3º do art. 35 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e dá quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salários, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a ter a seguinte redação o § 3º do art. 35 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965:

"§ 3º Os créditos a cada uma das entidades ou fundos mencionados no § 2º serão efetuados pelos estabelecimentos bancários depositários da arrecadação, de acordo com o rateio que for estabelecido em ato do Poder Executivo, guardada a respectiva proporcionalidade, em favor do correspondente Instituto de Aposentadoria e Pensões, mas deduzida, antes, a taxa de administração de 1% (um por cento)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PARECERES

Parecer nº 527, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 109, de 1963 (nº 3.600 B-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a desapropriação de terrenos onde foram travadas as Batalhas de Guararapes, no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

Na forma do artigo 5º, parágrafo 1º e 2º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o presente projeto de lei, acompanhado de Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Educação e Cultura, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a desapropriação de terrenos onde foram travadas as Batalhas das Guararapes, no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco.

Os terrenos em questão, se destinam à construção do parque público paisagístico e arquitetônico dos Guararapes, a ser mantido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A área a ser desapropriada foi declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 57.273, de 16 de novembro de 1965.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 25 de maio de 1966 — Irineu Bornhausen, Presidente — Lobão da Silveira, Relator — Adolfo Franco — Bezerra Neto — Victorino Freire — Manoel Villaga — José Leite — Eugênio Barros — Oscar Passos.

Parecer nº 528, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 113, de 1966 (nº 3.601-66, na Casa de origem), que isenta de imposto de importação equipamento importado pela Madequímica S. A. Indústria de Madeiras Termo Estabilizadas, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Oscar Passos.

Na forma do artigo 5º, parágrafos 1º e 2º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o Sr. Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o presente projeto de lei que isenta de imposto de importação equipamento destinado a Madequímica S.A. — Indústria de Madeiras Termo Estabilizadas, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Mensagem presidencial se foi acompanhar de Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda, que demonstra o alto alcance econômico social do empreendimento.

O Conselho de Política Aduaneira e o Instituto Nacional do Pinho, ouvidos a respeito, manifestaram-se favoravelmente a isenção pleiteada.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente — Oscar Passos — Relator — Adolfo Franco — Bezerra Neto — Victorino Freire — Manoel Villaga — José Leite — Lobão da Silveira — Eugênio Barros.

Parecer nº 529, de 1966

Da Comissão Especial, sobre Emenda que altera o art. 199 da Constituição Federal.

Relator: Senador Edmundo Fernandes Levi.

A Emenda Constituição ora em exame impõe-se, de acordo com a justificativa apresentada pelo seu emissor, autor, "como uma necessidade impostergável de aprimoramento técnico e funcional do art. 109" da Carta Magna vigente.

2. O dispositivo, cuja modificação se propõe, consta do Estatuto básico sob a seguinte redação:

"Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária."

Explicita o um parágrafo único, cuja supressão se determina na Emenda, justificando o autor a medida "pela absoluta inocuidade" da disposição.

3. O relator do projeto na Casa de origem, Deputado Djalma Passos, em seguro e exaustivo parecer, esclarece que a Emenda.

"... procura reparar a violência e injustiça das maiorias predominantes na Assembleia Nacional Constituinte, vindas de Estados de alta demografia, contra as minorias representativas de áreas de pequena densidade demográfica como é a Amazônia, quando dá a seguinte redação ao art. 199 da Constituição Federal: "Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, e caráter permanente, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária". O referido artigo tem a seguinte redação: "Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos,

vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária." Evidentemente, não era este o espírito da emenda apresentada por Leopoldo Peres à grande Comissão Constitucional encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição Federal. Leopoldo Peres, espírito dos mais brilhantes de sua geração, trazia para o plenário da Assembléia Nacional Constituinte, como representante do Amazonas, o conhecimento das realidades e do drama da Amazônia. Via-a no seu conjunto, nas profundidades de seus problemas, que ainda hoje constituem um desafio às elites dirigentes do País. Antes de Leopoldo Peres, lá o insigne Deputado Arthur Neiva tentara em 1935 a criação de um organismo que garantisse o desenvolvimento econômico e social da Amazônia e do Nordeste. A Grande Comissão Constitucional aceitou a emenda aditiva de Leopoldo Peres que tinha o seguinte texto:

"Art. — A valorização econômica da Amazônia, de modo a possibilitar-lhe o efetivo engajamento na órbita da economia brasileira, constituirá encargo nacional e serviço permanente da União."

§ 1º Para execução desse serviço, obedecendo a um plano previamente estabelecido, ficam reservados 4% da receita tributária, sem aplicação especial, nos orçamentos federais.

§ 2º Os Estados e Territórios, e seus municípios, compreendidos naquela região reservarão, igualmente, para tal fim, 4% das respectivas receitas, cuja aplicação se fará segundo o critério que for adotado no referido plano.

§ 3º No primeiro semestre de cada ano financeiro, submeterá o Poder Executivo ao Congresso Nacional o esquema dos trabalhos realizados e das despesas efetuadas, bem como das que tiver de realizar no subseqüente exercício com o serviço de que trata.

"Art. — Tendo em vista o caráter continental na bacia amazônica, nodará o Brasil, mediante convênios ou tratados que se fizerem necessários, interessar na execução do plano de recuperação econômica da Amazônia as nações vinculadas à economia ou ao sistema hidrográfico do vale."

E completa adiante:

"A emenda, ora proposta pelo nobre Deputado amazonense José Esteves, retoma assim o pensamento do inesquecível Leopoldo Peres e do dinâmico representante do Amazonas em quatro legislaturas na Câmara Federal, Francisco Pereira da Silva, que em razão às incompreensões, ao desinteresse quase geral, lutaram, com outros amazonenses, para que o menos se firmasse na consciência nacional a convicção de que a Amazônia é uma área-problema para qual o Brasil, hoje ou amanhã, terá de encontrar a chave de sua solução."

As leis, mormente as constitucionais, sofrem as pressões do momento, a influência das opiniões dominantes e as conseqüências das concepções da época em que são elaboradas. E só o tempo, no seu leuamento sereno e impassível, poderá eliminar esses fatores de distorção, distinguindo o que é permanente do que é efêmero o que é real do que é conceitual, o que é verdadeiro e o que é alheio à experiência e na observação dos fatos sociais, históricos e filosóficos.

A Emenda Constitucional nº 4 de 1965 (Câmara 19-B-54), de autoria do Ilustre e esforçado Sr. Deputado

José Esteves, está fadada a alcançar a mais ampla e benéfica repercussão, com as mais salutares e patrióticas conseqüências não só para a Amazônia especificamente, com para o Brasil na garantia da sua integridade física, na sua uniformidade econômica e no seu desenvolvimento social. Modifica o art. 199, suprimindo a limitação, embora elástica, da sua duração, e, realisticamente, manda eliminar o seu parágrafo único que jamais pôde ou poderá ser cumprido pelas entidades que pretende obrigar.

A emenda é objetiva, real, patriótica e se lastra nas observações da história e da sociologia contemporâneas, além de estar conforme os postulados da filosofia do Estado moderno.

Favorável, pois, nosso pronunciamento.

Sala das Comissões, 25 de maio de 1966. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Wilson Gonçalves. — Manoel Villaga. — Gay da Fonseca. — Afonso Arinos. — Milton Campos. — Josephat Marinho. — Eurico Rezende.

Parecer nº 530, do 1966

Da Comissão Especial, sobre o Projeto de Emenda à Constituição número 1, de 1965, que dá nova redação ao § 1º do art. 153, da Constituição Federal.

Relator: Sr. Aurélio Vianna

Porque emendado, voltou à Comissão Especial o Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, que dá nova redação ao § 1º do artigo 153.

A Emenda Constitucional nº 1 foi plenamente justificada, mas na justificação feita notou-se uma desarmonia que mereceu de logo os necessários reparos, através da Subemenda objeto deste parecer.

Que desejou o nobre Senador Ermírio de Moraes, primeiro autor da Emenda?

Eis o seu pensamento central: "A Emenda adota solução intermediária, entre o que dispunha a Constituição de 1934 e o Código de Minas, e a atual Carta Magna. De conformidade com a primeira, a proibição, com referência a estrangeiros, era absoluta, enquanto que a atual aboliu essa proibição. Propomos que, assegurada a maioria de capital brasileiro, bem como a direção para brasileiros, seja admitido o capital estrangeiro. Para facilitar a necessária fiscalização, entendemos que as ações das sociedades sejam obrigatoriamente nominativas. Adotamos, a respeito, a exemplar lição do México, país indubitavelmente líder da América Latina, que em sua regulamentadora do artigo 27 da Constituição, em matéria de exploração e aproveitamento de minerais, dispõe: "Art. 14 — Somente os mexicanos e as sociedades constituídas de acordo com as leis mexicanas e que tenham a maioria de capital controlado por mexicanos, têm direito de obter as concessões a que se refere esta Lei."

Que aconteceu, na redação da Emenda? A proibição, pura e simples da aquisição por estrangeiros, "a qualquer título, de direitos ou ações relativas a empresas de mineração".

A subemenda, portanto, vem retificar o erro de redação e acolher o pensamento do principal autor da Emenda, senador Ermírio de Moraes. O meu parecer é pela aprovação da subemenda.

Sala das Comissões, 25 de maio de 1966. — José Leite, Presidente. — Aurélio Vianna, Relator. — José Guimard. — Lobão da Silveira. — José Ermírio. — Sebastião Archer. — Jefferson de Aguiar. — Eurico Rezende. — Victorino Freire.

Parecer nº 531, de 1966

Redação do vencido, para turno suplementar do substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 231, de 1965 (nº 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica as telefonistas o disposto no art. 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Relator: Sr. Eurico Rezende:

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, ao substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 1965 (número 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica as telefonistas o disposto no art. 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — Lino de Mattos, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 531, DE 1966

Redação do vencido, para turno suplementar do substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 1965 (nº 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica as telefonistas o disposto no art. 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Substitua-se o projeto pelo seguinte: Altera o art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, é acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 3º O disposto neste artigo aplica-se a todos os telefonistas, inclusive aos que trabalham em empresas que explorem serviços diferentes dos nele previstos."

Art. 2º É proibida a redução salarial, qualquer que seja, em virtude da aplicação do disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 532, de 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (nº 1.642-B, de 1964, na Casa de origem).

Relator: Sr. Senador Eurico Rezende:

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 137, de 1965 (nº 1.642-B-64, na Casa de origem), que dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — Lino de Mattos, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 532, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (nº 1.642-B, de 1964, na Casa de origem), que dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal, da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial.

§ 1º Havendo crédito a efetivação do pagamento se fará em folha dos meses subsequentes ao em que a autoridade coatora tiver ciência da decisão (art. 11 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951).

§ 2º Na falta de crédito, a autoridade coatora ou a repartição responsável pelo cumprimento da decisão, encaminhará, de imediato, a quem de direito, o pedido de suprimento de recursos, de acordo com as normas em vigor.

§ 3º A sentença que implicar em pagamento de atrasados será objeto dessa parte, de liquidação por cálculo (arts. 956 a 998 do Código do Processo Civil), procedendo-se, em seguida, de acordo com o art. 204 da Constituição Federal.

§ 4º Não se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias.

Art. 2º A autoridade administrativa ou judiciária que ordenar a execução de pagamento com violação das normas constantes do artigo anterior incorrerá nas sanções do artigo 313 do Código Penal e pela acessória correspondente.

Art. 3º A autoridade que deixar de cumprir o disposto no § 2º do artigo 1º incorrerá nas sanções do art. 317, § 2º do Código Penal e pena acessória correspondente.

Art. 4º Para os efeitos da presente lei, aplica-se às autarquias o procedimento disposto no art. 204 e seu parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pareceres ns. 533, 534 e 535, de 1966

PARECER Nº 533, DE 1966

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1966 (nº 241-A-36 na Câmara) aprova o Acordo de Cooperação para Usos Cíveis da Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

Relator: Sr. Senador Pessoa de Queiroz:

O Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1966, aprova o Acordo de Cooperação para usos Cíveis da Energia Atômica entre os Governos norte-americano e brasileiro, assinado a 8 de junho de 1965, em Washington pelo Chanceler Juracy Magalhães, como Embaixador do Brasil e o Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos, Senhor Robert Saura.

A exposição de motivos do Itamaraty informa que vem este complementar Acordo anterior destinado à cooperação no campo reatores de potência, assinado em 1957.

Desacem-se do Acordo os seguintes pontos essenciais: 1º) qualquer matéria, equipamento ou peça, posto à disposição do Governo brasileiro será utilizado exclusivamente para fins civis; 2º) proibição terminante (artigo VII) da utilização dos mencionados materiais para a fabricação de armas atômicas ou para pesquisas ou outros desenvolvimento de armas atômicas ou outros propósitos militares; 3º) transferência (arts. II — letras "F" e "G") para o Governo dos Estados Unidos, mediante justa indenização ao Governo do Brasil, dos materiais nucleares especiais produzidos nos reatores brasileiros alimentados com combustível fornecido por aquele Governo e que estejam além das necessidades do programa brasileiro de utilização pacífica da energia nuclear; 4º) limitação quantitativa do material nuclear especial transferido para o Governo brasileiro; 5º) O artigo IV prevê a colaboração de indivíduos ou entidades privadas dos dois países, mediante autorização oficial observa-

as limitações da legislação de ca-
da um deles; 6º) a vigência do Acór-
do é de um período de 10 anos.

Acentua a Exposição de Motivos que
o Brasil já assinou Acórdos semelhantes
com a França, Itália, Paraguai,
Suíça, Portugal e o EURATOM.

Diante do exposto somos pela apro-
vação da proposição ora em exame.

Sala das Comissões, 27 de abril de
1965. — *Benedicto Vaildardes*, Presi-
dente. — *Pessôa de Queiroz*, Relator.
— *Antonio Carlos*. — *Wilson Goncal-
ves*. — *Menezes Pimentel*. — *Ruy
Carneiro*.

PARECER Nº 534, DE 1966

Da Comissão de Saúde, sobre o Proje-
to de Decreto Legislativo nº 18, de
1966 (nº 241-A-65, na Câmara dos
Deputados), que aprova o Acórdo
de Cooperação para Usos Cíveis da
Energia Atômica entre os Estados
Unidos da América e o Governo dos
Estados Unidos do Brasil, assinado
em Washington, em 8 de julho de
1965.

Relator: Sr. Senador Pedro Ludo-
vico.

O presente Projeto de Decreto Le-
gislativo teve a sua origem na Men-
tagem nº 592, de 1965, com a qual o
Poder Executivo submeteu à aprecia-
ção do Congresso Nacional o texto do
Acórdo de Cooperação para Usos Ci-
vís da Energia Atômica entre os Go-
vernos do Brasil e dos Estados Uni-
dos da América.

O Acórdo envolve uma série de me-
didas de reciprocidade de ajuda e de
informações sobre o emprego da en-
ergia atômica em atividades civis, desta-
cando-se entre elas o campo específi-
co de saúde pública e de medicina.

Não é necessário ressaltar a impor-
tância e a atualidade do emprego da
energia nos domínios da medicina.

A pesquisa médica, em todos os seus
setores, fundamenta seus trabalhos
nas radiações ionizantes, não sómen-
te no aprimoramento de processo de
diagnóstico como em técnicas de te-
rapias.

Não é mais possível ignorar o enor-
me cabedal de possibilidades que a
energia atômica oferece à medicina.
Sendo de notar que, mesmo com os
recursos de que dispõe o Brasil no
assunto, já está consumindo grandes
realizações nesse domínio.

A Comissão de Saúde, sob o seu
ponto de vista específico de ação,
apreende o alcance do Acórdo, sendo
de parecer que o Projeto deve ser
aprovado.

Sala das Comissões, 10 de maio de
1966. — *Manoel Villaca*, Presidente.
— *Pedro Ludovico*, Relator. — *Euge-
nio Barros*.

PARECER Nº 535, DE 1966

Da Comissão de Segurança Nacional,
sobre o Projeto de Decreto Legisla-
tivo nº 18, de 1966 (nº 241-A-65, na
Câmara dos Deputados), que apro-
va o Acórdo de Cooperação para
usos Cíveis da Energia Atômica en-
tre o Governo dos Estados Unidos
da América e o Governo dos Esta-
dos Unidos do Brasil assinado em
Washington, em 8 de julho de 1965.

Relator: Sr. Zacarias de Assump-
ção.

O presente Projeto de Legislativo
aprova o Acórdo de Cooperação para
usos civis da energia atômica, firma-
do em 8 de julho de 1965, entre os
Governos do Brasil e Estados Unidos
da América.

Trata-se de uma iniciativa entre os
dois Governos, capaz de facilitar ao
Brasil condições de obtenção de ma-
terial e equipamento altamente inte-
ressante para prosseguimento dos seus
trabalhos no terreno da técnica e da
ciência ligados à energia nuclear.

Compreende-se que no estado atual
do progresso, o caminho que se abriu
com o domínio do átomo, estende-se
na medicina e na engenharia.
Não tem limites. E não é possível ao
Brasil deixar de acompanhar ativa-

mente esse desenvolvimento que em-
poja o mundo.

O Acórdo vai facultar ao nosso país,
embora com restrições de oportuni-
dade discutiível, o recebimento de ma-
terial especializado e de informações re-
lativas à instalação, manutenção e
aplicações civis do aparelhamento de
aproveitamento da energia nuclear,
permitindo, principalmente, o adestre-
amento de técnicos brasileiros nesse se-
tor.

Acreditamos que o presente Acórdo
servirá como primeiro e decisivo pa-
so para a nossa emancipação técnica
no domínio da energia nuclear, facili-
tando, em futuro próximo, ao Brasil,
condições de conhecimento objetivo e
de aparelhagens que o levem a con-
dições de igualdade com os demais
países nivelados no primeiro plano
dessa técnica.

A Comissão de Segurança Nacional,
animada por esses sentimentos e re-
conhecendo principalmente o que o
futuro poderá trazer como consequên-
cia do bom aproveitamento do Acór-
do, é de parecer que o Projeto deve
ser aprovado.

Sala das Comissões, 25 de maio de
1966. — *Zacarias de Assumpção*, Re-
lator. — *Victorino Freire*. — *Irineu
Bornhausen*. — *José Guimard*. —
Silvestre Péricies, vencido.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Está finda a
leitura do expediente. (Pausa.)

Terminou ontem o prazo para re-
cebimento de emendas, perante a Mes-
sa, ao Projeto de Resolução número
28-66.

Foi-lhe oferecida uma emenda, de
autoría do Sr. Senador Manoel Villaca
a ser lida.

O projeto irá, em seguida, às Co-
missões de Constituição e Justiça e
Diretora.

O Sr. 1º Secretário procederá à lei-
tura da emenda.

E lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Emenda ao Projeto de Resolução
nº 28, de 1966.

§ 2º A Secretaria do Senado reme-
terá, regularmente, aos Senhores Su-
plentes de Senadores, exemplares do
Diário do Congresso Nacional.

Justificação

Os Senhores Senadores Suplentes,
quando convocados, assumem seus en-
cargos, ignorando completamente os
assuntos a que são chamados a opi-
nar, aprovar ou rejeitar.

Seria da maior conveniência que os
Senhores Suplentes estivessem a par
dos assuntos em tramitação no Con-
gresso Nacional, de modo que se ca-
pacitem a participar dos debates, tão
logo assumam suas cadeiras, em cará-
ter efetivo, em substituição aos títu-
lares.

Sala das Sessões. — *Manoel Villaca*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O Projeto e a
emenda vão às Comissões de Consti-
tuição e Justiça e Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — A Presidente
deferiu, hoje, o Requerimento nº 203,
de 1966, em que o Sr. Senador José
Ernirio solicita informações a serem
prestadas pelo Ministério da Viação e
Obras Públicas.

Há oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O primeiro
orador inscrito é o Sr. Senador Aarão
Steinbruch, a que concedo a palavra.
(Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador
Bezerra Neto. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador
Josaphat Marinho. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador
Aurélio Viana. (Pausa.)

S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador
Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Pre-
sidente, Srs. Senadores, desde o pri-
meiro minuto de hoje, a colônia britâ-
nica designada por Guiana Inglesa
passou a constituir um país indepen-
dente.

O fato não tem, apenas, uma sig-
nificação regional; tem repercussão
universal e sobretudo continental.

Já se disse que a América é o con-
tinento da liberdade. Não se compre-
ende que haja países colônias cons-
tituintes do sistema americano.

O povo americano, continentalmen-
te americano, tem a vocação perma-
nente dos sagrados ideais de liberda-
de. A nação que hoje surgiu para o
mundo, refletindo os anseios da po-
pulação que domina aquela faixa
equatorial, encontra-se quase que es-
magada por uma série de problemas
tão graves que põem em risco a sua
sobrevivência.

Verificamos o que aconteceu quan-
do da independência da Índia, antiga
colônia britânica. O inglês não tem
vocação para povo colonizador no sen-
tido de educador e, quando se retira,
não deixa aquela sentida de unidade
nacional, com que, parece, que foi do-
tado a alma do luso, nosso coloniza-
dor.

O Brasil, país de extensão conti-
nental, surgiu como nação una e in-
divisível. Foi a mentalidade portu-
guesa, sem dúvida, que muito influíu
na nossa formação e nos deu esse
sentido de unidade.

A jovem república da Guiana surge
sob a ameaça de esfacelamento. O in-
glês dominador não teve a acuidade
e a sabedoria política para alicerçar
a unidade nacional e, já hoje, aos pri-
meiros albos da independência da
jovem nação, também as primeiras
dificuldades preocupações de ordem
político-social se desencadeiam, dan-
do, de saída o início e a demonstra-
ção do que será, em breve, a vida in-
dependente daquele país.

A Índia se subdividiu em três re-
públicas: a Índia propriamente, o
Paquistão Oriental e o Paquistão
Occidental. E a incapacidade britâ-
nica de orientar o povo. A Guiana,
também surge desagregada neste in-
stante, não só pelo problema religio-
so, mas, sobretudo, pelo problema racial.
A Guiana nasce, como nação in-
dependente, já dividida pelos precon-
ceitos raciais entre população negra
população ameríndia e população bran-
ca predominantemente. Daí Sr. Presidente
e Srs. Senadores porque nós, que nos
entusiasmamos com o surgimento da
nova República, nós, que damos gló-
ria ao Criador por ter feito desanexar
os príncipios de mais uma Nação
americana, não podemos deixar de
estar receosos em face das pesadas
nuvens que pairam sobre a incipiente
República irmã.

Mas nem por isso podemos deixar
de expressar aqui o nosso contenta-
mento, sobretudo de homem da Ama-
zônia, por ver surgir na faixa daquela
terra, mais uma Nação livre.

Fouve quem dissesse agora, que a
Guiana poderia constituir um perigo
para a segurança nacional brasilei-
ra. Aves agourentas que aparecem
sempre nos grandes instantes. E mu-
tos desses indivíduos que abraçam
e querem apontar a jovem Nação co-
mo um perigo para nossa segurança
talvez estejam querendo esconder a
verdadeira condição de subversivos
são indivíduos que, sob a capa de re-
volucionário, vêm criando ambiente
de discórdia, fomentando a cizânia, o
ódio no seio do novo brasileiro. Indi-
víduos que não têm coragem de di-
zer que são realmente subversivos, que
são cristo-comunistas e querem pon-
tar a jovem Nação como um baluarte

do comunismo no continente ameri-
cano. Apenas querem desviar de só-
bre si as atenções pelas suas ativida-
des malfazejas. Daí, Sr. Presidente,
nós brasileiros, que estamos esmagados
em consequência dessas distorções
não podemos deixar de alertar o povo
para mais uma balela que se preten-
de passar, apontando-se a Guiana co-
mo um possível reduto de Fidel Cas-
tro, era terras sul-americanas.

Não me quero alongar, porque meu
objeto é tão somente não deixar em
silêncio tão belo acontecimento. Por
isso, limito-me a dizer: salve a jovem
nação sul-americana e que Deus a
proteja e a ajude a alcançar seu glo-
rioso destino. (Muito bem! Muito
bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHO- RES SENADORES:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Arthur Vagílio
Zacarias de Assumpção
Loco da Silva
Sebastião Archer
José Cândido
Wilson Gonçalves
Ruy Carneiro
Savere Pericles
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
José Leite
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Miguel Couto
Afonso Arinos
Milton Campos
Paolo Calazans
José Feliciano
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Flauto Müller
Antonio Carlos
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Não há mais
oradores inscritos.
Se mais nenhum Senador quiser fa-
zer uso da palavra vou encerrar a ho-
ra do Expediente. (Pausa)
Está encerrada
Va-se passar à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, Pro-
jeto de Lei da Câmara número
87, de 1966 (nº 3 560-C-66, na
Casa de origem), de iniciativa do
Senhor Presidente da República,
que introduz modificações na le-
gislação pertinente ao plano Na-
cional de Habitação (Projeto in-
cluído na Ordem do Dia em vir-
nº III, do Regimento Interno).
— de Projetos do Executivo e
— de Finanças e
— dependo do pronunciamento
da Comissão de Constituição e
Justiça sobre o projeto e as emen-
das de Plenário e das Comissões
de Projetos do Executivo e de Fi-
nanças sobre as emendas.

Estando ainda ausente o Senhor
Relator da Comissão de Constituição
e Justiça, em cujas mãos está o pro-
jeto, vou iniciar a Ordem do Dia pelo
item nº 2, aguardando que chegue ao
Plenário o Senador Jefferson de
Aguiar.

O SR. PRESIDENTE — (*Moura Andrade*.)

Votação, em turno único, do
Projeto de Lei da Câmara núme-
ro 95, de 1966 (nº 3.538-B-66, na
Casa de origem), de iniciativa do
Presidente da República, que au-
toriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Aeronáutica o
v.500.000.000 (um bilhão e qua-
rinhentos milhões de cruzelros),
para atender a despesas com a
manutenção dos serviços afetos à

segurança do tráfego aéreo, tendo Parecer favorável, sob nº 505, de 1966, da Comissão de Finanças, e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto e a emenda de Plenário; e da Comissão de Finanças sobre a emenda.

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto para dar parecer sobre o projeto e a emenda, pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. BEZERRA NETO:

(Para emitir parecer) — Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, ao Projeto de Lei nº 95 foi oferecida emenda de Plenário, nos seguintes termos:

"As taxas (tarifas) devidas pelos Serviços de Comunicações e Meteorologia, prestados a terceiros, serão pagas ao Ministério da Aeronáutica, para compensar as despesas que o referido Ministério está realizando com relação à manutenção dos mencionados serviços."

O projeto autoriza o Ministério da Aeronáutica a abrir o crédito especial de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, para atender às despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo.

"Art. 2º O crédito especial de que trata esta lei será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional."

A emenda no projeto, simples abertura de crédito, para manutenção dos serviços afetos à segurança nacional, adereça, como compensação das despesas a favor do Ministério da Aeronáutica, a arrecadação das tarifas devidas ao Serviço de Comunicações e Meteorologia. Não é matéria estranha ao projeto e constitui, pela leitura que fizemos, pelos objetivos do autor da justificação, uma complementação ao projeto.

O par é favorável à emenda. — (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Victorino Freire, para emitir parecer pela Comissão de Finanças sobre a emenda.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Para emitir parecer) — (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, trata-se da emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 95, assim redigido: (Lendo).

Acrescente-se o seguinte artigo ao projeto:

"Art. As taxas (tarifas) devidas pelos Serviços de Comunicações e Meteorologia, prestados a terceiros, serão pagas ao Ministério da Aeronáutica, para compensar as despesas que o referido Ministério está realizando com relação à manutenção dos mencionados serviços."

A emenda, do nobre Senador Gouveia Vieira, está plenamente justificada, motivo porque o meu parecer em nome da Comissão de Finanças, é favorável à emenda. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os pareceres das Comissões são favoráveis à emenda.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 1966

(Nº 3.538-B-66, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a Emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa.)

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai à Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 100, de 1966 (nº 3.563-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera, sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, tendo Parecer favorável, sob nº 509, de 1966, da Comissão de Finanças, com as emendas que apresenta de ns. 1 a 3-CF; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas de Plenário; da Comissão de Finanças, sobre as emendas de Plenário; da Comissão de Finanças, sobre as emendas.

Solicito do Sr. Senador Bezerra Neto o seu pronunciamento sobre o Projeto e as Emendas de Plenário, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. S. Exª é o Relator em ambas as Comissões.

O SR. BEZERRA NETO:

(Para emitir parecer — Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 100 apresenta, como outro que votamos na semana passada, retificação à Lei Orçamentária.

Na Comissão já havia recebido emendas e, no Plenário, recebe as emendas ns. 4 e 5, subscritas pelo Senador Oscar Passos.

São emendas de redação, retificação de expressões, sem afetar os quantitativos.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável, pela constitucionalidade, e a Comissão de Finanças, no mérito, aceita as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os pareceres em ambas as Comissões foram favoráveis. Na Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao projeto de lei e emenda, e na de Finanças, quanto às emendas.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada.

E' o seguinte o projeto aprovado:

Projeto de Lei da Câmara

Nº 100, de 1966

(Nº 3.563-B, N. ORIGEM)

Altera sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica retificada a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1966, na forma abaixo:

Anexo 4.00.00 — Poder Executivo

Subanexo 4.01.01 — Presidência da República (Órgãos Dependentes)

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

Onde se lê:

3.1.1.0 — Pessoal		
3.1.1.1 — Pessoal Civil		
6) Grupo de Trabalho de Brasília	110.890 F 158.000 V	268.890
3.1.2.0 — Material de Consumo		
7) Grupo de Trabalho de Brasília	50.000 V	50.000
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros		
7) Grupo de Trabalho de Brasília	2.000.000 V	2.000.000
3.1.4.0 — Encargos Diversos		
6) Grupo de Trabalho de Brasília . . .	100.000 V	100.000
	2.418.890	2.418.890

Leia-se:

3.1.1.0 — Pessoal		
3.1.1.1 — Pessoal Civil		
6) Grupo de Trabalho de Brasília	158.890 880.000 V	1.038.890
3.1.2.0 — Material de Consumo		
7) Grupo de Trabalho de Brasília	50.000 V	50.000
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros		
7) Grupo de Trabalho de Brasília	1.230.000 V	1.230.000
3.1.4.0 — Encargos Diversos		
6) Grupo de Trabalho de Brasília	100.000 V	100.000
	2.418.890	2.418.890

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Onde se lê:

1) Subvenções Ordinárias conforme discriminação no Adendo "A"	V	15.879.400	
2) Subvenções Extraordinárias conforme discriminação no Adendo "B"	V	18.092.200	33.971.600

Leia-se:

1) Subvenções Ordinárias, conforme discriminação no Adendo "B"		15.879.400	
2) Subvenções Extraordinárias conforme discriminação no Adendo "C"		16.730.200	
3) Diversos (adiante do Adendo "C")		940.000 V	17.670.200
4) Para atender às entidades não contempladas na discriminação orçamentária (§ 2º, art. 4º, da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951)	V	422.000	33.971.600

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Y-05 — Fundo Nacional do Ensino Superior.

5) Contribuições para encargos de manutenção e excepcionalmente para obras de estabelecimentos isolados de ensino superior, conforme discriminação do Adendo "K".

Onde se lê:	285.400	
Leia-se:	305.400	
Onde se lê:	11.332.800	11.332.800
Leia-se:	11.352.800	11.352.800
Onde se lê:	11.335.780	
Leia-se:	11.355.780	
Onde se lê:	14.856.423	
Leia-se:	14.876.423	
Onde se lê:	44.746.501	
Leia-se:	44.768.501	

Onde se lê:

Recapitulação

Despesa Fixa	938.970
Despesa Variável	43.807.531
	44.746.501

Leia-se:

Recapitulação

Despesa Fixa	938.970
Despesa Variável	43.827.531
	44.766.501

- 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
 4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)
 3.0.0.0 — Despesas Correntes
 3.1.0.0 — Despesas de Custeio
 3.1.4.0 — Encargos Diversos
 12.00 — Encargos Diversos em Geral, à conta de fundos especiais:

Onde se lê:

- W-06 — Universidade de Goiás
 1) Escola de Serviço Social 20.000

Suprima-se:

Onde se lê:

V — 3.195.000 — 3.198.800 — 3.448.590

Leia-se:

V — 3.175.000 — 3.178.800 — 3.428.590

Onde se lê:

127.364.405

Leia-se:

127.344.405

Onde se lê:

171.454.960

Leia-se:

171.434.960

Onde se lê:

Recapitulação:

Despesa Fixa	446.633
Despesa Variável	171.008.327
	171.454.960

Leia-se:

Recapitulação:

Despesa Fixa	446.633
Despesa Variável	170.988.327
	171.434.960

- 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
 (Demonstração da Despesa por Unidades)

Onde se lê:

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior	29.890.078	14.856.423	44.746.501
--	------------	------------	-------------------

Leia-se:

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior	29.890.078	14.876.423	44.766.501
--	------------	------------	-------------------

Onde se lê:

4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)	127.364.405	44.090.555	171.454.960
---	-------------	------------	--------------------

Leia-se:

4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)	127.344.405	44.090.555	171.434.960
---	-------------	------------	--------------------

Onde se lê:

Total 329.521.036 127.910.527 **457.431.563**

Leia-se:

Total 329.501.036 127.930.527 **457.431.563**

- 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias

Bahia (pg. 396)

Inclua-se:

Tabuna (nome de município; imediatamente após a entidade "Escola e Gabinete Dentário Maçônico da cidade de Itaberaba")

Vitória da Conquista

Onde se lê:

Centro de Assistência Social de Nossa Senhora das Vitórias, sendo de Cr\$ 12.300.000 para a sua Escola de Menores .. 14.600

Leia-se:

Centro de Assistência Social de Nossa Senhora das Vitórias .. 2.300
 Escola de Menores, a cargo do Centro de Assistência Social de Vitória da Conquista 12.300

Guanabara

Onde se lê:

Sociedade Propagadora de Belas Artes (Liceu de Artes e Oficinas)	18.000
--	---------------

Leia-se:

Sociedade Brasileira de Belas Artes	8.000
Sociedade Propagadora de Belas Artes, (Liceu de Artes e Oficinas)	18.000

Paraná

Clevelândia

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Clevelândia	3.000
--	--------------

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Clevelândia	3.000
--	--------------

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Salvador do Sul

Obra Social Paroquial São Pedro	1.000
---------------------------------------	--------------

São Pedro do Sul

Obra Social Paroquial S. Pedro do Sul	1.000
---	--------------

Leia-se:

Salvador do Sul

Obra Social Paroquial São Pedro	3.000
---------------------------------------	--------------

Santa Catarina

Inclua-se:

Pág. 482 — Ouro (nome de Município; imediatamente após a entidade "Instituto São José" do município de Orleans)

Adendo "I" — Diretoria do Ensino Industrial

I-27 — Sergipe

Onde se lê:

10) Artesanato de Malhador, a cargo da ASPM	4.000
---	--------------

Leia-se:

10) Artesanato de Malhador a cargo do CSSJ — Aracaju ...	4.000
--	--------------

Adendo "K" — Diretoria do Ensino Superior

K-10 — Goiás

Inclua-se:

Escola de Serviço Social	20.000
--------------------------------	---------------

Onde se lê:	285.400
-------------------	----------------

Leia-se:	305.400
----------------	----------------

4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Adendo "A"

Paraná

Onde se lê:

Lar da Menina, de Capinzal	4.000
----------------------------------	--------------

Paróquia de S. Paulo Apóstolo, de Capinzal	4.000
--	--------------

Exclua-se

Onde se lê:	379.000
-------------------	----------------

Leia-se:	371.000
----------------	----------------

Santa Catarina

Inclua-se:

Lar da Menina, de Capinzal	4.000
----------------------------------	--------------

Paróquia de S. Paulo Apóstolo, de Capinzal	4.000
--	--------------

Onde se lê:	338.000
-------------------	----------------

Leia-se:	346.000
----------------	----------------

Sergipe

Onde se lê:

Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, da Ação Social Católica, em Aracaju	2.000
---	--------------

Leia-se:

Ação Social, da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes — Aracaju	2.000
--	--------------

Onde se lê:

Serviço Social, da Paróquia de Frei Paulo	4.000
---	--------------

Leia-se:

Serviço de Assistência Social Paroquial de Frei Paulo	4.000
---	--------------

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
---	--

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

EMENDA Nº 1-CF

- a) 4.06.00 — Ministério de Educação e Cultura.
4.06.11 — Departamento Nacional de Educação.
3.0.0.0 — Despesas Correntes.
3.2.0.0 — Transferências Correntes.
3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes.
3.2.9.5 — Pessoal.
2) Recursos a educandos.

Onde se lê:

Y.07 — Fundo Nacional do Ensino Primário

- a) Bolsas de manutenção e estudos a alunos a serem educados em condições especiais 800.000
b) Bolsas de estudos para atender à gratuidade do ensino aos filhos menores de integrantes da extinta Força Expedicionária Brasileira (Decreto número 50.368-61) 300.000
c) Bolsas de estudos para atender à gratuidade de alunos orfãos (Lei 3.663, de 1959 e Decreto nº 50.368, de 1961) 300.000
d) Bolsas de estudos (Decreto 43.177-58) 4.000

1.404.000

Leia-se:

Y.06 — Fundo Nacional do Ensino Médio

- a) Bolsas de estudos para atender à gratuidade de ensino aos filhos menores de integrantes da Extinta Força Expedicionária Brasileira (Dec. nº 50.368-61) 300.000
b) Bolsas de estudos para manutenção e gratuidade de alunos orfãos (Lei nº 3.663, de 1959 e Dec. 50.368, de 1961) 300.000

600.000

Y.07 — Fundo Nacional do Ensino Primário

- a) Bolsas de manutenção e estudos a alunos a serem educados em condições especiais 800.000
b) Bolsas de estudos (Decreto 43.177-58) 4.000

804.000

1.404.000

EMENDA Nº 2-CF

- b) 1.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.
4.06.05 — Conselho Nacional do Serviço Social.
3.0.0.0 — Despesas Correntes.
3.2.0.0 — Transferências Correntes.
3.2.1.0 — Subvenções Sociais.
Subvenções Ordinárias.

Adendo "B"

K — 26 — São Paulo

Onde se lê:

São Roque

Ambulatório São Roque, Ambulatório São Roque, sendo Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) pa-

ra o Pósto de Puericultura e Casa da Criança

— Campinas 300.000

Leia-se:

Campinas

sendo Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) para o Pósto de Puericultura e Casa da Criança Mãe Anastácia — Campinas 300.000

e mais a seguinte emenda:

EMENDA Nº 3-CF

4.14.00 — Ministério da Saúde.
Adendo "C" — pág. 619

K — 13 — Mato Grosso

Onde se lê:

Hospital Espirita de Mato Grosso 4.000

Leia-se:

Sanatório Mato Grosso — Campo Grande 4.000

As emendas em questão obedecem rigorosamente ao espírito do projeto, pois visam apenas a sanar equívocos constantes da lei orçamentária vigente, sem, contudo, aumentar a despesa. Assim sendo, somos pela aprovação do projeto com as emendas de número 1-CF, 2-CF e 3-CF.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Eugenio Barros. — Manoel Villaca. — Lobão da Silveira. — Asapho Franco. — Victorino Freire. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto.

EMENDA Nº 4

Ministério da Justiça

Adendo — A.

Guanabara.

Onde se lê:

Instituto Souza Lima (Internação de Menores) 10.000.

Leia-se:

Instituto Souza Lima (Internação de Menores) 10.000.

EMENDA Nº 5

Ministério da Educação

Adendo — B — Subvenção Ordinária 11 — Guanabara.

Onde se lê:

Instituto Souza Lima — 1.000.

Leia-se:

Instituto Souza Lima — 1.000.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A matéria vai à Comissão de Redação.

Item 4:

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 192, de 1966 (nº 539-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 452 e 493, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo; de Finanças; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas de Plenário; das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

O Sr. Senador Gay da Fonseca é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça e, igualmente, na Comissão de Projetos do Executivo. Solicito, portanto, a S. Ex.º o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto e as emendas, e da Comissão de Projetos do Executivo sobre as Emendas.

O SR. GAY DA FONSECA:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, quatro Emendas surgiram em Plenário, todas subscritas pelo Senador Eurico Rezende.

As emendas podem merecer a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que nada há contra a constitucionalidade das mesmas.

Da mesma forma, no que tange à Comissão de Projetos do Executivo, entendemos que as emendas ora apresentadas única e exclusivamente visam a completar o Projeto, incluindo dispositivos que o aperfeiçoam. Somos pois pela aprovação na Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Manoel Villaca para dar o parecer da Comissão de Finanças sobre as Emendas.

O SR. MANOEL VILLACA:

(Para emitir parecer. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, examinando as emendas apresentadas em plenário sobre o projeto em tela, entendo que a Comissão de Finanças nada tem a opor.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os pareceres são favoráveis.

Em votação o Projeto, sem prejuízo das Emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o Projeto aprovado:

Projeto de Lei da Câmara Nº 103, de 1966

(Nº 3.580-B-66, NA ORIGEM)
Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:
Do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Art. 1º Fica criado um fundo de natureza contábil, denominado "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações", destinado a prover recursos para cobrir as despesas feitas pelo Governo Federal na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações, desenvolvimento e aperfeiçoamento da técnica necessária a essa execução.

Art. 2º O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações será constituído:

- a) das taxas de Fiscalização;
b) das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral da União;
c) dos créditos especiais votados pelo Congresso;

d) do recolhimento das multas impostas aos concessionários e permissionários dos serviços de telecomunicações;

e) das quantias recebidas pela prestação de serviços por parte do Laboratório e demais órgãos técnicos do Conselho Nacional de Telecomunicações;

f) rendas eventuais;
g) recolhimento de saldos orçamentários e outros;

h) juros de depósitos bancários.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo serão recolhidos aos estabelecimentos oficiais de crédito, em conta especial, sob a denominação de "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações".

Da Aplicação do Fundo

Art. 3º Os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações se-

ráo aplicados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações exclusivamente:

a) na instalação, custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações existentes no País;

b) na aquisição de material especializado necessário aos serviços de fiscalização;

c) na fiscalização da elaboração e execução de planos e projetos referentes às telecomunicações.

Art. 4º Até o dia 31 de outubro de cada ano, o Departamento Nacional de Telecomunicações elaborará o programa de aplicação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para o exercício seguinte e o submeterá à aprovação do Plenário do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 5º Até o dia 31 de março de cada ano, o Conselho Nacional de Telecomunicações prestará contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ao exercício anterior.

Das Taxas de Fiscalização

Art. 6º As taxas de fiscalização, a que se refere a letra "a" do art. 2º, são as seguintes: a) da instalação e a do funcionamento.

§ 1º Taxa de fiscalização da instalação é aquela devida pelas concessionárias e permissionárias de serviços de telecomunicações, no momento em que lhes é outorgada autorização para a execução do serviço e tem a finalidade de ressarcir as despesas realizadas pelo Poder Público até o licenciamento das respectivas estações.

§ 2º Taxa de Fiscalização do funcionamento é aquela devida pelas concessionárias e permissionárias de serviços de telecomunicações para fazer face às despesas do Poder Público com a fiscalização da execução dos serviços.

Art. 7º A taxa de fiscalização da instalação tem os seus valores fixados no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Não serão licenciadas as estações das permissionárias e concessionárias de serviços de telecomunicações que não efetuem o pagamento da taxa de fiscalização na instalação.

Art. 8º A taxa de fiscalização do funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março e seus valores são os correspondentes a 50% (cinquenta por cento) dos fixados para a taxa de fiscalização da instalação no Anexo I desta Lei.

§ 1º O não pagamento da taxa de fiscalização, do funcionamento até a data estabelecida neste artigo, importará em mora da entidade faltosa, que ficará sujeita ao pagamento de juros de um por cento (1%) calculado sobre o montante da dívida, por mês de atraso.

§ 2º O não pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento durante 2 (dois) exercícios consecutivos determinará a cassação da concessão ou permissão sem que caiba, às entidades faltosas, direito a qualquer indenização.

§ 3º A cassação, a que se refere o parágrafo anterior, será efetivada mediante decreto do Presidente da República, quando se tratar de concessão e por Portaria do Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações no caso de permissão.

Art. 8º O montante das taxas será depositado diretamente, pelas concessionárias e permissionárias no Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal em suas sedes ou agências, a crédito do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e à disposição do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Parágrafo único. Os depósitos a que se refere este artigo vencerão juros correspondentes nos abonos, pelas mesmas entidades bancárias, aos depósitos sem limites.

Das Disposições Gerais

Art. 10. Na ocorrência de novas modalidades de serviços de telecomunicações, sujeitas a taxas de fiscalização não estabelecidas nesta Lei, será aplicada em caráter provisório a taxa do item 1 da Tabela Anexa, até que a lei fixe seu valor.

Art. 11. O salário-mínimo a que se refere a tabela de valores, constante do Anexo I desta Lei, é o maior vigente no País, na ocasião do pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 12. As populações das localidades a serem consideradas na aplicação da tabela de valores, constante do Anexo I desta Lei, serão as indicadas na última publicação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por ocasião do pagamento das taxas.

Art. 13. Os serviços de telecomunicações realizados pela EMBRAPEL, pelo Departamento dos Correios e Telégrafo e pelas Forças Armadas estão isentos do pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 14. Os serviços de telecomunicações realizados pelos Governos Estaduais e Municipais e pelos órgãos Federais, gozarão do abatimento de 50% (cinquenta por cento) no pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 15. Poderão ser concedidos abatimentos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações para custeio das despesas previstas em dotações orçamentárias, devendo esses, adiantamentos terminarem logo que cesse o motivo da sua concessão.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito com o Conselho Nacional de Telecomunicações, em cada exercício, e o montante correspondente a 60% (sessenta por cento) da receita estimada à conta da arrecadação futura do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Art. 17. Os recolhimentos e transferências de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações serão isentos de comissões e quaisquer taxa ou sobretaxas bancárias.

Art. 18. O Conselho Nacional de Telecomunicações fiscalizará a arrecadação e o recolhimento das taxas a que se refere esta Lei.

Art. 19. As atuais concessionárias e permissionárias ficam obrigadas ao pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento a partir do ano seguinte ao da vigência desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro de 60 (sessenta) dias da sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

Valores das Taxas de Fiscalização da Instalação

1. Concessionárias de serviço de telegrafia, público, internacional: 2 x salário-mínimo por estação.
2. Concessionárias de serviço radiotelegráfico, público internacional: 2 x salário-mínimo por estação.
3. Concessionárias de serviço radiotelefônico, público internacional: 2 x salário-mínimo por estação.
4. Concessionárias de serviços de telegrafia, público, internacional: 2 x salário-mínimo por estação.
5. Concessionárias de serviço radiotelefônico, público, interior: 2 x salário-mínimo por estação.
6. Concessionárias e permissionárias de serviço de telefonia, público, interestadual: 1 x salário-mínimo por estação.
7. Concessionárias e permissionárias de serviço de radiodifusão sonora: a) estações de potência compreendida entre 300 (cem) e 1.000 (mil) watts:

1 x salário-mínimo.
b) estações de potência superior a 1.000 (mil) watts, até 10.000 (dez mil) watts:

2 x salário-mínimo.
c) estações de potência superior a 10.000 (dez mil) watts:

3 x salário-mínimo.
8. Concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

a) estações instaladas nas cidades de população inferior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes:

3 x salário-mínimo.
b) estações instaladas nas cidades de população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes:

4 x salário-mínimo.
9. Permissionárias de serviço de retransmissão de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

1 x salário-mínimo por estação.
10. Permissionárias de serviço interior:

a) limitado privado: 1 x salário-mínimo por estação.
b) limitado de múltiplos destinos: 1 x salário-mínimo por estação.

c) limitado de segurança, regularidade, orientação e administração dos transportes em geral: 1 x salário-mínimo por estação.

d) limitado rural: 1 x salário-mínimo por estação.

11. Permissionárias de serviço especial de música funcional: 2 x salário-mínimo.

12. Permissionárias de serviço de radiomador:

a) primeiro domicílio: 1/20 (um vinte avos) do salário-mínimo por estação.

b) cada domicílio adicional: 1/10 (um décimo) do salário-mínimo.

• O SR. PRESIDENTE: (Moura Andrade) — Em votação as emendas.

Os Senhores Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas. São as seguintes as emendas aprovadas:

Nº 1

Ao art. 6º

Acrescentar o seguinte § 3º: "§ 3º — As taxas instituídas por esta Lei absorvem e substituem todas e quaisquer outras taxas federais, e, salvo quando as empresas de telecomunicações operarem, apenas, dentro do Estado ou do Município, excitem, ainda, a cobrança, que fica vedada, de quaisquer taxas ou contribuições, estaduais ou municipais, para a formação de fundos de qualquer natureza ou a título de fiscalização porventura exigíveis, diretamente, as concessionárias ou permissionárias, ou indiretamente, aos usuários ou promitentes usuários."

Nº 2

Ao art. 7º

Acrescentar o seguinte § 2º, passando o § 1º o atual parágrafo único: "§ 2º — Não é considerada "estação", para efeito de incidência das taxas contidas na tabela que acompanha esta lei, o simples posto público de serviço telefônico ou telegráfico, radiotelefônico ou radiotelegráfico, as mesas distribuidoras de tráfego urbano ou as agências receptoras ou distribuidoras de mensagem do e para o usuário, cuja efetiva transmissão deva ser feita ou manipulada por um conjunto de equipamentos e instalações necessários para assegurar efetivos serviços de telecomunicações."

Nº 3

Disposições Gerais.

Acrescentar onde couvier:

"Art. — Passa a exclusiva competência do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), com supressão de qualquer outra, a fiscalização dos serviços de telecomunicações, desde a implantação e ampliação, até o efetivo funcionamento, resguardada a competência estadual ou municipal quando tais serviços, sendo estritamente regionais ou locais não estejam interligados a outros Estados ou Municípios."

Nº 4

Disposições Gerais

Acrescentar:

"Art. — As concessionárias ou permissionárias de serviços de telecomunicações que, para a instalação ou funcionamento de seus equipamentos, tiverem tido ou tenham a orientação e assistência de empresa fabricante ou instaladora, através de profissionais habilitados na forma do Decreto número 23.559, de 11 de dezembro de 1933, não ficam obrigadas a contratar ou a manter encarregados da parte técnica, não se lhes aplicando, deste modo, o disposto no art. 8º do aludido decreto."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A matéria vai à Comissão de Redação.

Item 5:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1966, no Senado e nº 2.557-B-66, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 86, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), tendo

Parecer sob nº 49, de 1966; — da Comissão de Constituição e Justiça, favorável e dependendo de pronunciamento da mesma Comissão sobre a emenda de Plenário.

Tem a palavra o nobre Senador Gav da Fonseca para dar parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda de plenário.

O SR. GAY DA FONSECA:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apresentada pelo nobre Senador Eugênio Barros, a emenda de plenário ao artigo 1º, dá nova redação ao art. 86 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963:

"Os magistrados, membros do Ministério Público, servidores públicos, inclusive de autarquias e entidades paraestatais e os funcionários de sociedades de economia mista, definitivamente apresentados ou em disponibilidade, e os militares reformados ou da reserva, remunerada ou não, salvo se tornarem à atividade e enquanto esta perdurar, não terão qualquer incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia, decorridos dois anos do ato que os afastar do cargo ou da função."

Sr. Presidente, a matéria é muito relevante. Sentimos que é inconveniente a aprovação da emenda nos termos em que está redigida.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, foi pela inconveniência da emenda apresentada.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento que se acha sobre a mesa.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 204, de 1966

Nos termos dos arts. 212, letra p, e 369, nº 1, do Regimento Interno, requerio preferência para o Projeto de Lei da Câmara nº 105 de 1966 (Número 3.557-B-66, na Casa de origem), a fim de ser submetido a apreciação do Plenário antes da respectiva emenda.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1966. — Guano Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência da deliberação do Plenário, será votado, em primeiro lugar, o projeto originário do Sr. Presidente da República.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado. O projeto será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 105, DE 1966

(Nº 3.557-B-66, na Casa de origem) Altera a redação do art. 86, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 86 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 86. A aposentadoria ou disponibilidade de magistrados, membros do Ministério Público, servidores públicos, inclusive de autarquias e entidades paraestatais e de empregados de sociedades de economia mista, e a reforma ou impedimento para o exercício remunerado ou não, de militares, fazem cessar a incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia, decorrente de tais cargos, funções ou empregos, § 1º Ocorrendo aproveitamento reverso ou outra forma, temporária ou não, de retorno à atividade, restabelecer-se-á, durante a permanência nesta, a incompatibilidade ou impedimento aplicável.

§ 2º Os titulares dos cargos, funções ou empregos civis ou militares referidos neste artigo que passem à inatividade, continuarão impedidos de exercer causas relativas a atos ou fatos de que tenham participado em razão de ofício."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se à votação do item nº 1, da Ordem do Dia:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 87, de 1966 (nº 3.503-C-66, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação (projeto incluído na Ordem do Dia em virtude do disposto no art. 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo do pronunciamento das Comissões;

— de Projetos do Executivo e — de Finanças e dependendo do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas de Plenário e das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

Dependem, o projeto e as emendas de Plenário, de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

de Constituição e Justiça. As emendas dependem de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e da de Finanças.

O nobre Senador Jefferson de Aguiar é o Relator da Comissão de Constituição e Justiça, a quem dou a palavra para que se pronuncie sobre o projeto e as emendas de plenário.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para emitir parecer) — Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, em síntese, é o seguinte:

(Lendo):

Parecer às Emendas de Plenário

Emenda n.º 1:

Aprovação da Emenda n.º 1, com a seguinte subemenda, compondo-se com a subemenda n.º 1 da CPE e emenda n.º 4 da CCJ:

“As unidades habitacionais localizadas no Distrito Federal, cujos ocupantes hajam optado pela sua compra ou venham a fazê-lo até 90 dias da data da publicação desta Lei, ficam isentas de correção monetária referida neste artigo, desde que tenham as mesmas unidades sofrido reavaliação no preço do custo da construção”.

A subemenda n.º 1 da CPE, como redigida, sem restrição, impediria a aplicação da Correção Monetária em todo o País, quando o espírito que a determinou, refere-se, tão somente, a Brasília e a sua delimitação às operações efetivadas no Distrito Federal está contida na Emenda n.º 1 de Plenário, aditiva ao art. 2.º do Projeto original.

Emenda n.º 2:

Aprovação, com substituição no texto da nova redação do § 1.º do artigo 65, da Lei n.º 4.380 de 21.8.64, da criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), pelo nome do Banco Nacional da Habitação (BNH).

O SERFHAU é órgão assessor do Sistema Financeiro da Habitação, e ao BNH competem as funções de direção e orientação das operações abrangidas pelo Plano Nacional de Habitação.

Emenda n.º 3:

Pela constitucionalidade e juridicidade.

Emenda n.º 4:

Pela constitucionalidade e juridicidade.

Emenda n.º 5:

Pela rejeição, por desnecessária, porquanto não há impedimento à aquisição de imóveis dentro do Plano Nacional de Habitação, por um mesmo adquirente, ou seu cônjuge, senão o de tornar-se o casal, ou o adquirente, proprietário de mais de 1 imóvel na mesma localidade.

Emenda n.º 6:

Desnecessária. Repetitiva da n.º 2.

Emenda n.º 7:

Pela rejeição, nos termos do parecer supra.

Emenda n.º 8:

Pela rejeição, por desnecessária e prejudicial ao projeto no seu espírito e na sua letra.

Emenda n.º 9:

Pela rejeição, de acordo com os seguintes argumentos:

A aquisição de imóveis de valor superior a 400 salários-mínimos pode ser feita em consonância com o Plano Nacional da Habitação, mediante financiamento de vendedores e das Sociedades de Crédito Imobiliário.

A permissão contida na referida Emenda representa uma distorção dos

objetivos do Plano Nacional de Habitação, que visa propiciar a aquisição de casa própria, mediante um sistema financeiro coerente, às diferentes faixas da população, até a classe média inclusive, a juros acessíveis.

O atendimento dos adquirentes de imóveis de valor superior a 400 salários-mínimos deve ficar a cargo do financiamento pela iniciativa privada, representada pelo vendedor e pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, instituídas pela Lei n.º 4.380, ora em fase de implementação, eis que foi aprovada a respectiva regulamentação pelo Banco Nacional da Habitação e pelo Conselho Monetário Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Senhor Senador Bezerra Neto, para dar parecer sobre as emendas pela Comissão de Projetos do Executivo, de que S. Exa. e relator.

O SR. BEZERRA NETO:

(Para emitir parecer) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o parecer do relator na Comissão de Projetos do Executivo é pela aprovação das subemendas ns. 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição das seguintes, porque entende que as de ns. 3 e 4 estão fora dos objetivos do projeto.

Desta forma aceitamos, apenas, as subemendas de ns. 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer da Comissão de Projetos do Executivo é favorável às subemendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, de ns. 1 e 2, e contrário às demais emendas apresentadas.

Tem a palavra o Sr. Senador Adolpho Franco para dar parecer pela Comissão de Finanças, de que S. Exa. é Relator, sobre as emendas.

O SR. ADOLPHO FRANCO:

(Para dar parecer) — (Sem revisto do orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Finanças consigna o seu parecer favorável às subemendas 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto às emendas do Plenário, a Comissão rejeita as de ns. 1, 2, 3, 5, 6, 8 e 9; aceita a de n.º 4, onde se verifica um amplo sentido social, suspendendo as ações de despejo que não tratem de falta de pagamento, as instituições hospitalares, de assistência social e de ensino — de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos; e a de n.º 7, de autoria dos Senadores Wilson Gonçalves e Dinarte Mariz, a qual estende as aplicações da lei aos imóveis pertencentes ao Banco do Brasil e à PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer da Comissão de Finanças foi favorável às subemendas da Comissão de Constituição e Justiça sob os ns. 1 e 2, e contrário às emendas de Plenário, salvo as de ns. 4 e 7, às quais deu parecer favorável.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, em face do parecer da Comissão de Finanças, que aceita a Emenda n.º 4, a Comissão de Projetos do Executivo ratifica o parecer, nessa parte.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer da Comissão de Projetos do Executivo é ratificado para o efeito de deixar manifestado que é favorável à Emenda

n.º 4, contrário às mais emendas e favorável às subemendas da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

O projeto foi aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 87, DE 1966

(Nº 3.500-C/66, na Casa de origem)

Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 61 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 5º Os contratos de que forem parte o Banco Nacional de Habitação ou entidades que integrem o Sistema Financeiro da Habitação, bem como as operações efetuadas por determinação da presente Lei, poderão ser celebrados por instrumento particular, os quais poderão ser impressos, não se aplicando aos mesmos as disposições do art. 134, II, do Código Civil, atribuindo-se o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito, aos contratos particulares firmados pelas entidades acima citadas até a data da publicação desta Lei”.

§ 6º Os contratos de que trata o parágrafo anterior serão obrigatoriamente rubricados por todas as partes em todas as suas folhas.

§ 7º Todos os contratos, públicos ou particulares, serão obrigatoriamente transcritos no Cartório de Registro de Imóveis competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua assinatura, devendo tal obrigação figurar como cláusula contratual”.

Art. 2º O art. 30 da Lei n.º 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 30. Todas as operações do Sistema Financeiro da Habitação, a serem realizadas por entidades estatais, para-estatais e sociedades de economia mista, em que haja participação majoritária do Poder Público, mesmo quando não integrantes do Sistema Financeiro da Habitação em financiamento de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, serão obrigatoriamente corrigidas de acordo com os índices e normas fixados na conformidade desta Lei, revogadas as alíneas a e b do art. 6º da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 1º Incide nas penalidades aplicáveis à ação ou emissão praticada no exercício de cargos ou funções públicas, capituláveis entre as responsabilidades administrativas, conforme estipulam os Estatutos dos Funcionários Públicos, o funcionário ou autoridade que descumprir o disposto neste artigo.

§ 2º Os índices e critérios de correção monetária mencionados neste artigo e fixados pelo Conselho Nacional de Economia, segundo normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Habitação, aplicam-se aos §§ 2º e 3º do artigo 32 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1965”.

Art. 3º Acrescente-se ao art. 35 da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, o seguinte parágrafo:

“§ 8º Para os efeitos da contribuição de que trata este artigo, considera-se empresa o empregador como definido na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como repartições públicas, autarquias, quaisquer outras entidades públicas ou sociedades incorporadas, administradas ou concedidas pelo Poder Público, em relação aos respectivos servidores que sejam contribuintes de Institutos de Aposentadoria e Pensões”.

Art. 4º O art. 34 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

“Art. 34. O Banco Nacional de Habitação, por seu Conselho de Administração, fixará o prazo de resgate, os juros e demais características das Letras Imobiliárias de sua emissão”.

Art. 5º O Banco Nacional de Habitação e as autarquias bancárias, cujo regime de pessoal os filie à Consolidação das Leis do Trabalho, terão a remuneração e os salários de seus dirigentes, conselheiros e servidores submetidos à aprovação do Conselho Monetário Nacional e seu regime de trabalho fixado pelo respectivo Conselho de Administração, não se lhes aplicando as disposições da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, e a legislação subsequente sobre vencimentos e vantagens dos servidores públicos civis da União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimentos de destaque que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes:

Requerimento n.º 205, de 1966

Nos termos dos arts. 212, letra f e 310, letra c, do Regimento Interno, requiero destaque para votação em separado da seguinte emenda ao Projeto nº 9.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1966. — Josaphat Marinho.

Requerimento n.º 206, de 1966

Nos termos dos arts. 212, letra f e 310, letra c, do Regimento Interno, requiero destaque, para votação em separado, da emenda nº 1 ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1966 (número 3.500-C-66, na Casa de origem).

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1966. — Aurélio Vianna.

Requerimento n.º 207, de 1966

Nos termos dos arts. 212, letra f e 310, letra c, do Regimento Interno, requiero destaque para votação em separado da seguinte emenda ao Projeto nº 7.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1966. — Gay da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Estão destacadas, por conseguinte as emendas de números 9, 1 e 7.

Os Senhores Senadores irão votar a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Ela terá a seguinte redação:

“Art. 1º

O Art. 61 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com os seguintes §§:

Em votação a emenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Emenda nº 2, Comissão de Constituição e Justiça. É ao art. 2º e seu caput e ao 1º.

A emenda é a seguinte:

“O Art. 2º caput e o seu § 1º terão a seguinte redação:

Art. 2º O Art. 30 da Lei número 4.864 de 25 de novembro de 1965 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Incorrerá nas penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União o funcionário ou autoridade que por ação ou omissão no exercício das funções de seu cargo não cumprir o disposto neste artigo.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa). Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Emenda nº 3 da Comissão de Constituição e Justiça, é ao Art. 3º. Tem a seguinte redação:

“O Art. 3º caput terá a seguinte redação:

Art. 3º O Art. 35 da Lei número 4.863 de 29 de dezembro de 1965 passa a vigorar com o seguinte § 1º:

Em votação a emenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Emenda número 4 da Comissão de Constituição e Justiça tem a seguinte redação:

“Acrescente-se ao Art. 2º o seguinte § 1º, passando o § 3º a § 1º do projeto.

§ 1º As unidades habitacionais cujos ocupantes tenham optado pela sua compra até a data da publicação desta lei, ficam isentas da correção monetária de que trata este artigo.”

Foi apresentada subemenda pela Comissão de Projetos do Executivo que será lida pelo Sr. 1º Secretário. É a seguinte, a Subemenda da Comissão de Projetos do Executivo apresentada à Emenda nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça:

“Acrescente-se ao art. 2º o seguinte § 1º, passando a § 3º o § 1º do projeto:

do projeto:

§ 1º As unidades habitacionais cujos ocupantes hajam optado pela sua compra ou venham a fazê-lo até 90 dias de data da publicação desta lei ficam isentas de correção monetária referida neste artigo, desde que tenham as mesmas unidades sofrido reavaliação no preço de custo da construção.”

A Presidência vai verificar se existe emenda de Plenário.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência seja dada preferência à emenda da Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável da Comissão de Projetos do Executivo, que altera, ligeiramente, a redação

da Subemenda da Comissão de Projetos do Executivo, nos termos do parecer que acabou de proferir.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 208, de 1966

Requeiro nos termos regimentais, preferência para a votação da Subemenda à Emenda nº 1.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1966. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Era isso que a Presidência ia verificar. A Emenda nº 1 sofreu Subemenda.

Esta tem a seguinte redação:

“As unidades habitacionais localizadas no Distrito Federal, cujos ocupantes hajam optado pela sua compra ou venham a fazê-lo até 90 dias de data da publicação desta lei, ficam isentas da correção monetária referida neste artigo, desde que tenham as mesmas unidades sofrido reavaliação no preço de custo da construção.”

O Sr. Relator da Comissão de Constituição e Justiça requereu preferência para a subemenda que acabou de ler, subemenda à Emenda número 1.

Assim, colocarei, em primeiro lugar, em votação o requerimento de preferência formulado pelo Senhor Relator Senador Jefferson de Aguiar.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores Senadores votarão a Subemenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça à Emenda nº 1.

Há, entretanto, requerimento do Senhor Senador Aurélio Viana que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 209, de 1966

Nos termos dos artigos 212, letra t e 310, letra c, do Regimento Interno, requeiro destaque para rejeição da seguinte expressão da Subemenda número 1 de Plenário: “Localizadas no Distrito Federal”.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1966. — Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, o objetivo do meu destaque é excluir a expressão “no Distrito Federal”, desde que a subemenda da Comissão de Projetos do Executivo satisfaça, plenamente, o fim que colimávamos.

Então, retiro o pedido de destaque.

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade) — Escareço a V. Ex.^a, Senador Aurélio Viana, que a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça é a que está com a preferência concedida. Esta subemenda, no seu inciso, diz o seguinte:

“As unidades habitacionais localizadas no Distrito Federal, cujos ocupantes hajam optado por sua compra, ou venham a fazê-lo até 90 dias de data da publi-

cação desta lei, ficam isentas da correção monetária.”

V. Ex.^a havia requerido destaque para rejeição das expressões “localizadas no Distrito Federal”.

O SR. AURELIO VIANA — Agradeço a V. Ex.^a o esclarecimento, porque jogaremos em dois tempos, permanecendo, portanto, o pedido de destaque e o aceitando o Plenário, então, esta emenda ou subemenda se transforma, praticamente, na subemenda da Comissão de Projetos do Executivo, que tem como finalidade, segundo eu ouvi, segundo eu entendi, este benefício ao País inteiro e não somente ao Distrito Federal.

Fui informado de que a instituição que dirige e tenta executar o Plano Nacional de Habitação argumenta que, se entendermos estes benefícios ao Brasil inteiro, o Plano não será executado. Não sei como, Sr. Presidente, pois já houve uma reavaliação para vinte, trinta ou quarenta anos de prédios construídos, há dois, três, quatro ou cinco anos, por dois, três, quatro ou cinco milhões de cruzeiros e que agora, vendidas por vinte trinta e trinta e sete milhões de cruzeiros. Assim, o que se aplica, aqui, deve-se aplicar ao resto do Brasil.

Não deve haver discriminação que favoreça apenas a parte e não ao todo, em igualdade de condições. Vejamos o caso dos assalariados: então eles, na velhice, esperam ter o descanso e possuir casa própria, paga já com a reavaliação. O que se vai verificar é que, daqui a 20 ou 30 anos, já aposentados, eles não poderão arcar com tais despesas e sofrerão a amargura de pagamentos reajustados até o fim da sua vida, até o término do contrato.

Acredito, assim, que deveríamos estender os benefícios do plano a todo o País.

Há um colega, um Senador, dentro do esquema do Governo, que apela, através de gestos, para que eu não insista neste ponto.

O SR. GAY DA FONSECA — Eu estou pedindo um aparte a V. Ex.^a.

O SR. AURELIO VIANA — Neste caso, V. Ex.^a tem o aparte.

O Sr. Gay da Fonseca — Quero lembrar a V. Ex.^a apenas que a discriminação que se entende, refere-se a Brasília e tem em vista o seguinte aspecto: em Brasília a moradia é compulsória enquanto nas outras unidades da Federação não é. Encarando esta realidade, o Banco Nacional de Habitação acha que é possível aplicar este dispositivo ao caso específico de Brasília, considerando-se as suas características de cidade onde não há opção de moradia onde não há como escolher nada.

Ao passo que se se estendesse a todo o Brasil, às outras Unidades da Federação, esse dispositivo, o plano tão bem elaborado, tão bem planejado ruína: haveria descapitalização, impedindo o Banco de realizar seu trabalho.

O SR. AURELIO VIANA — Como haveria descapitalização? Gastou o Estado, os Institutos de Previdência, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o Instituto dos Bancários ou o IPASE. O prédio já reavaliado, é vendido por 10 X, 20 X, 30 X. Aquilo que custou à instituição de previdência social, por exemplo, dois milhões é vendido de acordo com reavaliação em base extremamente alta. Então, qual o prejuízo do Banco Nacional de Habitação se receberá 50 vezes mais pelo que lhe custou 2, 10, 20, 30 40? Por isto insistimos em que os benefícios para o Distrito Federal sejam estendidos ao resto do

Brasil, a todo o Brasil. A habitação aqui não é compulsória. Se é compulsória aqui o é em todo o Brasil. Quem não pode habitar, como muita gente, um apartamento construído pelos Institutos de previdência social, reside nos subúrbios de Brasília que são as cidades satélites ou, então, em casas próprias, ou ainda em barracos. Há uma infinidade de funcionários públicos morando em barracos em Brasília. Eles não residem, compulsoriamente, em apartamentos de Estado ou de Institutos de Previdência, porque não os há em abundância. No Senado, por exemplo, segundo me disseram, cerca de duzentos funcionários ainda se encontram sem residência, apesar do esforço da Mesa, neste sentido.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com prazer.

O Sr. Gay da Fonseca — O problema da correção monetária, em relação aos imóveis reavaliados, foi apresentado à consideração de vários Srs. Senadores, inclusive à minha. Entendemos ser caso de justiça, para não haver discriminação. Há vários ocupantes de imóveis que optaram pela sua compra sem a correção monetária, conforme os contratos. Através do parágrafo único, no que tange ao Distrito Federal, o que se propõe é que os futuros ocupantes de apartamentos, em Brasília — na maioria modestos servidores — sofram a correção monetária.

O SR. AURELIO VIANA — Também são modestos os servidores — sejam eles autárquicos, servidores públicos ou não — que residem fora de Brasília para os quais haverá correção monetária, que, na verdade, já foi feita; o que se exige é outro ônus, a correção monetária, quando da reavaliação do apartamento, já foi feita.

Insisto neste argumento porque, parece-me, não estou sendo bem entendido. Vamos comprar apartamentos que custaram a nós mesmos, por que à Nação e portanto, construídos com o dinheiro do povo quatro ou cinco milhões de cruzeiros, e vamos comprá-los, cinco ou seis anos depois, por 37 milhões de cruzeiros, sem juntarmos a isso os juros da tabela “Price”. A correção foi feita para muitos anos. Defendemos aqui a tese de que novas correções não deverão ser feitas porque isso é implausível, é desumano. Aliás, é uma das características do atual Governo a desumanidade. É impiedoso!

Não entendi como se pode construir algo de positivo sobre o sofrimento e a inquietação. Com o dinheiro do povo, construímos habitações e depois chegamos ao ponto de não lhes podermos dar. É o que vai acontecer.

Sr. Presidente, alguns parlamentares do Senado e da Câmara vão comprar apartamento com a correção monetária já feita por vias indiretas. Quando perderem o mandato, venderão o apartamento, se puderem, se encontrarem comprador. E não sei o que irão fazer, depois, porque, com o que perceberão fora daqui, não poderão, talvez, pagar o preço do apartamento quanto mais a correção monetária!

Vamos ser honestos conosco mesmos e com a Nação! Não há quem suporte isto: isto é política alienígena, não é gentia, não.

Quem viveu muito tempo fora do Brasil, está interpretando o fenômeno brasileiro à luz do que observou fora daqui e que lá já está ultrapassado também, porque em toda parte do mundo dito civilizado ou

não — comunista, socialista ou capitalista — o Estado tem um especial cuidado com a alimentação e a habitação, procurando por todos os meios e modos favorecer a quem constrói para alugar ou vender, e a quem compra, particularmente a quem compra. No Brasil a política alterou-se completamente.

Sem ferir a ninguém, sei que esta fórmula é benéfica, principalmente a nós parlamentares, diretamente. Mas não sou daquela tese da cartilha "que o leito vá pro inferno" (Juros.)

Então, faço um apelo apenas aos meus colegas.

Essa emenda da Comissão reduz o benefício apenas ao Distrito Federal, que tem direitos, principalmente aqueles oriundos do sacrifício da mudança de ambiente, mas que tem a vantagem de um clima maravilhoso. Mas, que eu cuvi dizer é que, mesmo aprovada a subemenda, não haverá garantia de que será sancionada o projeto com ela. Talvez o veto seja o resultado. Ainda não há garantias. A verdade é que o país inteiro está armado com essa correção monetária.

O Sr. Josephat Marinho — Querida, agnada a V. Exa. que atentasse na circunstância de que essa emenda, na verdade, não visa a conceder benefício a ninguém. O que ela objetiva é evitar um abuso, um excesso, ...

O SR. AURELIO VIANA — Exato. Muito agradeço a V. Exa.

O Sr. Josephat Marinho — ... Inpedir que se apliquem indefinidamente correções monetárias sobre o valor dos imóveis que já foram reavaliados para efeito de venda.

O SR. AURELIO VIANA — Exato. É esse, exatamente, o nosso pensamento.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Pois não.

O Sr. Gay da Fonseca — Querida, declarar a V. Exa. — e invoco o testemunho do nobre Senador Bezerra Neto — que ajude a redação na que tange às reavaliações dos imóveis, não tinha incluído o Distrito Federal. Os argumentos de V. Exa. me parecem ponderáveis. Votarei a favor do destaque que V. Exa. solicita. Não vamos regulamentar somente para o Distrito Federal; a reavaliação vai ser feita para todo o Brasil.

O SR. AURELIO VIANA — Agradeço a V. Exa. porque o Sr. Presidente da República poderia vetar o artigo sob o pretexto de que ele discrimina.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se pôr a votação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a emenda de minha autoria corresponde a uma ponderação razoável e procedente do Banco Nacional de Habitação.

Informam os dirigentes do Banco Nacional de Habitação que, estabelecida a emenda como redigida, o Plano Nacional de Habitação se diluirá, e o Banco que foi criado e tem

por objetivo a construção de grande número de casas para os brasileiros, se transformará numa "fundação da casa popular", sem possibilidade absolutamente de construir os milhares de unidades habitacionais pretendidas pela Direção daquele órgão governamental.

Afirma-se que a restrição importante em discriminação, mas a discriminação existe pela diversidade de situação de domicílio dos parlamentares e servidores públicos nesta capital. Ocupando unidades habitacionais construídas com destinação própria e específica, não podem eles exercer certas funções para completar seus encargos particulares, muito menos suportar as acelerações da inflação nacional ante a frieza do salário que recebem, sem poder fazer face a injustamente periódicos segundo o surto inflacionário da conjuntura atual.

A determinação da correção monetária não é um elemento definitivo e irrevogável, necessário a compra e venda das unidades habitacionais. Acelerem, segundo o surto inflacionário, de acordo, portanto, com elementos imponderáveis e imprevisíveis.

Tenho, sem dúvida, a convicção pessoal de que discriminações deverão ser em face da situação singular que enfrentamos no Distrito Federal. Estou de acordo, em tese, com a impossibilidade de se imprimir correções monetárias aos imóveis que tenham sofrido atualização no seu valor. Fatores psicológicos influem sobre o valor dos imóveis, principalmente nas grandes centros urbanos, porém nunca em Brasília, onde há um grupo de servidores morando obrigatoriamente e onde, também, não há interesse na especulação imobiliária, como a que se caracteriza, dramaticamente, em Belo Horizonte, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Acredito e afirmo: o contrato de compra e venda é sinalgmatismo, consensual e consensual. Não poderia, por conseguinte, uma cláusula aditiva determinada por lei, mas se orientaria segundo as decisões de cada Instituto ou proprietário do imóvel objeto de transação. Mas, no caso particular, é indispensável que se estabeleçam essa restrição e esse condicionamento legal para que aqueles que servem em Brasília não tenham o seu orçamento tomado inteiramente pela criação dos vencimentos que se abrem e pela impossibilidade de exercerem outras funções em órgãos particulares, como, em outros grandes centros urbanos, funcionários podem fazer. Aceleração inflacionária poderá estabelecer uma correção monetária a tal ordem e as funções que aqui servem venham a ser despedidos dos seus imóveis, por não poderem pagar as prestações a que se obrigaram, portanto, ter rescindido o seu contrato, exigida a desapropriação do imóvel pela emissão de posse, criada-se dentro do funcionalismo o que se serve em Brasília, obrigatoriamente e compulsoriamente, a situação de não poderem servir nos quadros do serviço público.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pois não.

O Sr. Aurélio Viana — O argumento de V. Exa. não se deve circunscrever a Brasília, porque há inflação aqui e nos demais Estados do Brasil. A situação é a mesma para todos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Os funcionários não começaram imóvel em nenhum lugar a não ser aqui. Moram no Rio, São Paulo, Minas ou qualquer outra região brasileira, em imóveis particulares, próprios ou alugados. De maneira que não se aplicaria, de maneira alguma, a discriminação que ali está.

A restrição é, por conseguinte, medida de justiça social e de oportuna solução, compatível com os interesses do Governo. Do contrário, nós que queremos conquistar tudo não conquistamos nada, desde que a norma poderá ser vetada pelo Sr. Presidente da República, e será difícil a rejeição do veto em decorrência do quorum especial para a conquista dessa restrição.

O Sr. Bezerra Neto — permite V. Exa. um aparte?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pois não.

O Sr. Bezerra Neto — Atentando bem para a matéria, se o Governo entende que a emenda dirigida para a área racional afetaria o plano habitacional, devemos acentuar que se trata de uma medida provisória. Se o Governo se retrair nesse 50 dias.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — É uma medida jurídica.

O Sr. Bezerra Neto — Com a emenda, conforme redigi na Comissão de Projetos do Executivo, o Governo poderá ter outra reação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Seria uma arma para impedir a aplicação da disposição contida na Subemenda da Comissão de Projetos do Executivo. Atualizaria, aguardaria o decurso dos noventa dias, não tomaria conhecimento de qualquer opção e não solicitaria qualquer alternativa e o preceito se esvairia, sem qualquer consequência.

Ademais, nas construções novas, que serão as mais numerosas, o preceito não se aplicaria. Dir-se-ia discriminação e princípio de isonomia. Brasília é um caso singular. Por conseguinte, a decisão deverá ser atenta à expressão excepcional que Brasília apresenta em todo o conjunto nacional.

O meu intuito foi justificar a emenda que corresponde a uma solicitação dos órgãos governamentais, em face de argumentos ponderosos e razoáveis que têm em vista — a ampliação do Plano a todo o rincão brasileiro com maior número de nacionais. (Muito bem.)

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra; pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, enquanto o Líder do Governo nos declara — e diz que o faz sinceramente, como é do seu feito — não garantir aprovação, pelo Chefe do Executivo, dessa alteração, o Sr. Senador Jefferson de Aguiar, noz diz, alto e bom som — também como é do seu feito — que essa solicitação obedece a um imperativo do Plano de Habitação, desde que elementos do Governo é que solicitaram de S. Exa. a apresentação da subemenda.

Ora, se o Chefe do Executivo vai sancionar o que propõe o Senador Jefferson de Aguiar, de vez que a solicitação que lhe foi feita foi por órgãos Governamentais e, segundo deu a entender S. Exa. vetará...

O Sr. Jefferson de Aguiar — Suscita apenas uma possibilidade.

Poderá vetar o preceito, porque não adéquadado à política habitacional do Governo.

O SR. AURELIO VIANA — Então, nós estamos numa situação tal — de claro alto e bom som, que não é como Líder do MDB que está falando e sim emito opinião pessoal, que se torna, agora, uma questão de consciência

— que não podemos prejudicar o todo, podendo salvar uma parte. Mas, na verdade, estou num verdadeiro dilema, diante do pronunciamento do Senador Jefferson de Aguiar, de que a subemenda surgiu do próprio Governo, através de órgãos governamentais. Estaria, então, o Presidente da República na obrigação moral de sancionar sua própria iniciativa, isto é, dos órgãos governamentais.

Contuco, quero, Sr. Presidente, esclarecer para que nenhum companheiro do MDB — eles que tanto confiam em mim — sintam-se constrangidos. Quem está falando, neste momento, não é o Senador Aurélio Viana, investido daquelas funções, daquelas características de Líder; que cada qual tenha plena, absoluta liberdade nesta votação, sem qualquer constrangimento. Eu mesmo me sinto constrangido diante da palavra do Senador Jefferson de Aguiar, Relator da matéria. Se porventura o Presidente da República viesse a vetar o artigo, a minha consciência ficaria queimando por não sei quanto tempo.

Este é que é o ponto.

O Sr. Bezerra Neto — Não vejo necessidade de o Executivo vetar a aprovação de uma ou outra hipótese, de vez que, aprovada uma das subemendas que confere uma atribuição, uma faculdade, um poder de apenas noventa dias, o Governo se retrairia no poder de vetar.

O Sr. Aurélio Viana — Então por que razão não se aprovar a que abrangge o Brasil inteiro? V. Exa. que defende outra tese, vem em socorro dos argumentos primeiros já expendidos desta tribuna por nós.

A desconfinança no Governo então seria de tal modo que se admite que poderá usar da faculdade de prender, por noventa dias, todas as operações para que a lei não seja cumprida.

Em que País estamos nós!

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) Não estou entendendo, realmente, a que título e porque estamos prevendo veto ou não veto do Poder Executivo. É uma faculdade constitucional do Congresso emendar projeto do Executivo, como é faculdade do Executivo vetar emendas que, eventualmente, forem aditadas ao projeto pelo Congresso Nacional. Não estamos sob coação alguma, apenas analisando uma emenda submetida a nossa apreciação, despreocupados da posição do Poder Executivo, certos de que usará de sua competência, quando melhor lhe aprouver. Julgamos do direito do Chefe do Poder Executivo vetar ou não vetar, como é do arbítrio do Congresso Nacional aceitar ou não o projeto como veto e adotar emendas que achar oportuno. Tenho a impressão de que o que se procura aqui é envolver, no debate de uma emenda, a posição do Poder Executivo, como cogitando, sob ameaça de veto. O veto é uma ameaça que pesa sobre todo projeto de lei quando vai à sanção governamental.

O SR. AURELIO VIANA — Não aceito quando o Senador Jefferson de Aguiar declara que a subemenda se originou de solicitação de um órgão governamental, que esteja procurando fazer esse jogo. Não aceito. Apenas ele quis dizer ao Plenário que, se a solicitação foi de órgão do Governo, consequentemente, o Presidente da República estaria mais ou menos próximo a um compromisso. Porque também nunca se admite que o Chefe do Executivo, enviando uma mensagem para o Congresso Nacional e esta se transformando em um projeto de lei, ele o veto por inteiro. Poderia fazê-lo, mas nunca se admite isto. Se o Presidente da República assume o compromisso de sancionar um artigo de lei, oriundo de emenda, não vejo por que desmerecer o Presidente da Repúli-

ca de ter assumido esse compromisso, quando vem o líder do Governo e declara: se V. Ex.^{as} votarem assim, assumo o compromisso desse voto ser sacramentado pelo Executivo. Não vejo também nenhum desdouro, mas nenhum mesmo.

Apenas leva um certo grupo a tomar uma posição, entre um mal menor ou maior, benefício menor, não vetado e um benefício maior, vetado. Poderia haver uma escolha, de imediato.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Inclui-se uma ampliação posterior.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Ex.^{as} mais um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com prazer.

O Sr. Gay da Fonseca — Gostaria de esclarecer — Não sei se posso, na minha pequenez...

O Sr. Jefferson de Aguiar — Não apoiado.

O Sr. Gay da Fonseca — ... as expressões do Senador Jefferson de Aguiar. S. Exa. não falou em nome do Poder Executivo. S. Exa., com a precisão, com a exatidão que o caracteriza, disse que a emenda atendia ao Plano Nacional de Habitação que, sem a emenda, ficaria mutilado e, se tal acontecesse, possivelmente teríamos o veto a esse dispositivo, uma vez que alteraria o planejamento estabelecido.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Haveria descapitalização.

O SR. AURELIO VIANA — Sua Exa. declarou que houve uma solicitação.

O Sr. Gay da Fonseca — ... dos órgãos competentes.

O SR. AURELIO VIANA — Só fiz repetir o que S. Exa. declarou.

O Sr. Jefferson de Aguiar — A solicitação me foi feita por intermédio do Diretor Mário Trindade, em Brasília, e por telefone, pelo Dr. José Luiz Gonzaga, Presidente do Banco Nacional de Habitação, que, aliás, foi meu colega de turma na Faculdade de Direito.

O SR. AURELIO VIANA — Logo, expressei a verdade. Não interpretei as palavras do Senador Jefferson de Aguiar. V. Exa. as interpretou em outra formulação. As palavras emitem o pensamento, revelam o pensamento. Não posso interpretar pensamentos. Este é que é o ponto. Entretanto, como o assunto é de importância capital e interessa ao Brasil inteiro, não podemos deixar de analisá-lo e de solicitar esclarecimentos, num debate em que há cavalheirismo, há cordura para que todos cheguemos a uma conclusão.

Não voto uma matéria porque o Chefe do Executivo seja a favor ou contra ela. O líder do Governo revela o pensamento do Governo, do Chefe do Executivo. E, se não o faz, então para que Líder do Governo, nesta Casa? — Ora, se ele vem e nos diz: o Sr. Presidente da República aceita esta emenda, nesse caso o caminho está aberto para melhores entendimentos e compreensões.

Em síntese, Sr. Presidente, não quero alongar-me pois meu tempo já está ultrapassado, para falar sobre o assunto. Creio que todos entendemos e cada um votará de acordo com sua consciência, porque, da nossa parte, já acabamos de dizer: cada membro do M.D.B., nesta Casa, não deve sentir-se constrangido em matéria desta natureza. Não pode haver questão fechada para isto, que não é matéria política, não é matéria programática; não houve uma reunião prévia nossa. Consequentemente, que cada qual vote de acordo com a sua consciência, sem constrangimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Senador Gay da Fonseca.

Lembro aos Srs. Senadores que, no encaminhamento de votação, não são permitidos apartes. Nos encaminhamentos anteriores, entretanto, os Senhores Senadores esqueceram esta regra regimental.

O SR. GAY DA FONSECA:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Preliminarmente, Sr. Presidente, recebo a advertência da Mesa como a mim dirigida e respeitadamente me penitencio.

Sr. Presidente, na discussão desta emenda eu me sinto a ela vinculado única e exclusivamente por ter procurado colaborar para resolver um problema que me pareceu humano e social. E só por isso, e nada mais do que isso, porque sabe V. Exa. bem que sou talvez desta Casa o único Senador que ainda mendiga uma moradia. Não a posso. Vivo em hotel. Não estou vinculado, de forma alguma, ao projeto. Mas me preocupi, quando na Comissão de Projetos do Executivo li a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, porque ela dizia: "aqueles que optarem até a data desta lei". Isto criava um privilégio, porque todos que até a data da lei houvessem adquirido ou viessem a adquirir, e até aquela data optassem pela aquisição da sua unidade habitacional, estariam isentos de correção monetária, independente de outro título, simplesmente pelo fato da apção. Ora, não me parecia lícito nem legítimo se vendesse, sem correção monetária, apartamento que custara 3, 4 ou 5 milhões, com a mesma correção monetária, daqueles que custaram 35 milhões. Então sugeri ao Senador Bezerra Neto a emenda de redação que ele apresentou na Comissão de Projetos do Executivo. E o prazo? Por que me preocupi com ele? Porque existem aqui em Brasília, no chamado "Gravião", ou no chamado "Cruzeiro", casas que, até hoje, não foram vendidas, cujos ocupantes não puderam optar.

Preocupi-me com o prazo, porque os homens mais esclarecidos já tinham tomado as suas providências para opção, no passo que os humildes servidores tanto do Poder Executivo como do Poder Legislativo, ainda não tinham podido fazê-lo, nem sabiam como fazê-lo.

Sr. Presidente, também admiti a subemenda do Sr. Senador Jefferson de Aguiar porque me pareceram ponderáveis as argumentações que Sua Exa. expendeu, assim como as da direção do Banco Nacional de Habitação, de que Brasília era uma exceção, como é uma exceção dentro da realidade sociológica brasileira. Brasília é uma exceção porque nenhum de nós aqui está porque quer: aqui está e aqui comparece para cumprir um serviço com a Nação ou no desempenho de um mandato, seja ele convocado pelo povo para o Legislativo, quer sirva no Executivo ou no Judiciário.

Mas, Sr. Presidente, para que não se diga que este Congresso vota leis de exceção, para que não se diga que este Congresso atenta somente para os problemas que lhe são próximos, para que não se diga que este Congresso se volta só para aquilo que ocorre a 150 km. de distância dos seus olhos, eu, com a responsabilidade da Liderança do Governo, aceito a subemenda Aurélio Viana, para que atinja todo o Brasil e se diga, mais uma vez, que o Congresso Nacional tem os olhos voltados não só para a Capital da República mas para o Brasil — do Acre ao Rio Grande. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o requerimento de destaque, formulado pelo Sr. Senador Aurélio Viana, para rejeição das expressões contidas na Emenda n.º 1, de Plenário, e

que são "localizadas no Distrito Federal."

A simples aprovação do requerimento implicará na exclusão dessas expressões do texto da emenda.

Em votação.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ofensa.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, parece-me que seria adequado que Vossa Excelência, em primeiro lugar, submetesse à aprovação do Plenário a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, e, depois, o destaque para rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — De acordo com o Regimento Interno, vota-se, em primeiro lugar, o requerimento de destaque e, em seguida, o artigo.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador.

O SR. BEZERRA NETO:

(Questão de ordem) — Senhor Presidente, pedi a palavra apenas para uma consulta. A aprovação do destaque para rejeição das expressões restabeleceria a subemenda da Comissão de Projetos do Executivo?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não a restabeleceria, apenas tornaria coincidentes as redações de ambas as emendas, mas de Projetos do Executivo seria considerada prejudicada, em virtude da coincidência de redação e também de propósitos contidos na subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Sr. Senador Aurélio Viana, queiram permanecer sentados. (Pausa)

O requerimento foi aprovado. Da emenda, portanto, foram suprimidas as expressões:

"localizadas no Distrito Federal"

Vai-se votar a subemenda.

Os Srs. Senadores que aprovam a subemenda, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.º 4, que se compôs com a subemenda n.º 1 da Comissão de Projetos do Executivo.

Em consequência, estão prejudicadas as subemendas das duas outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Srs. Senadores irão votar as emendas de Plenário mais as subemendas a elas apresentadas.

Emenda n.º 2 de Plenário. Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e, também das outras duas Comissões, nos termos da subemenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça.

A emenda n.º 2 recebeu subemenda, com a substituição, no texto da nova redação do parágrafo 1.º do art. 65 da Lei n.º 4.380 de 21 de agosto de 1964, da citação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo pelo nome de Banco Nacional de Habitação.

A Emenda n.º 2 manda incluir, onde couber, o seguinte:

§ 1.º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões, as Autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, inclusive a Petrobrás S. A. e o Banco do Brasil S. A., efetuarão, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais em consonância com o sistema financeiro da habitação, de que trata esta Lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de 90 (noventa) dias, conjuntamente, pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e o Departamento Nacional da Previdência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça, no seu parecer, propõe a substituição da denominação "Serviço Federal de Habitação e Urbanismo" pelo nome de "Banco Nacional de Habitação".

Em votação a Emenda n.º 2 com a redação proposta pela Comissão de Constituição e Justiça no § 1.º da mesma emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

As Emendas números 4 e 7 tem parecer favorável das Comissões.

A de n.º 4 é a seguinte:

"Acrescente-se ao Art. 9.º da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, o seguinte § 9.º:

§ 9.º Ficam canceladas, e consequentemente devem ser anuladas pelas autoridades judiciais competentes, as ações de despejos movidas por qualquer um dos Institutos de Aposentadoria e Pensões contra instituições hospitalares, de assistência social ou de ensino, desde que as referidas ações não sejam motivadas por falta de pagamento do aluguel convencionado."

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

A Emenda n.º 7 também recebeu parecer favorável das Comissões. Tem a seguinte redação:

"Acrescente-se ao art. 65 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, o seguinte parágrafo:

"Art. 65 —

§ — Ficam o Governo da União e o Banco do Brasil S. A. autorizados a promover a venda de seus conjuntos residenciais e o sistema financeiro da habitação de que trata esta Lei."

A emenda está prejudicada, por força de aprovação da emenda anterior.

Os Srs. Senadores irão votar, em bloco, as emendas que receberam pareceres contrários, salvo as que foram destacadas.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Estão rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os Srs. Senadores irão votar as emendas destacadas. A de número 9, destacada a requerimento do nobre Senador Josaphat Marinho, está assim redigida:

"Os recursos destinados ao setor habitacional pelas entidades estatais obedecerão ao disposto no art. 11 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, sendo facultado ao mutuário completar, com recursos próprios, o montan-

te do financiamento estabelecido no inciso II, sempre que o valor do prédio a ser construído ou adquirido exceder a 400 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País."

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sinto que a Liderança do Governo opõe-se a esta emenda. Por isso mesmo, tanto maior o meu dever de demonstrar a justiça dela.

Esta é, de fato, uma emenda de caráter geral, esta visa a suprimir uma restrição prejudicial a toda a comunidade que pode ou pretende adquirir imóvel usando de benefícios legais.

A lei vigente, a Lei n.º 4.380, de 1964, estabelece, no artigo 11, II, que "a operação poderá fazer-se no máximo 15% — e declara — no máximo 15% poderá estar aplicado em habitações de valor unitário compreendido entre duzentas e trezentas vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País, vetadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a trezentas vezes o maior salário-mínimo mensal citado."

A emenda que apresentamos não altera substancialmente o dispositivo legal. A emenda visa apenas a excluir a limitação das operações no que concerne ao preço dos imóveis e a permitir que de quatrocentos salários-mínimos para cima a operação seja feita pagando o mutuário a diferença verificada.

Vou ler a emenda, para apreciá-la diante do Senado:

"Os recursos destinados ao setor habitacional pelas entidades estatais obedecerão ao disposto no artigo 11 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964."

Logo, a emenda mantém os limites previstos, ou seja, a emenda não altera o máximo de 15% nas operações dos imóveis de valor unitário compreendidos entre duzentas e trezentas vezes maior salário mínimo mensal vigente no País.

A inovação está que a emenda autoriza que o mutuário complete com recursos próprios — notem bem os eminentes Senadores — o mutuário completo, com recursos próprios, o montante do financiamento estabelecido no inciso II sempre que o valor do prédio a ser construído ou adquirido exceder a quatrocentas vezes o maior salário mínimo mensal vigente no País.

Quer dizer, portanto, que os limites fixados na parte principal da lei vigente são respeitados — operações do limite de 15% sobre imóvel de valor unitário compreendidos entre duzentas e trezentas vezes o maior salário mínimo mensal vigente. Mas tem-se observado — e as Caixas Econômicas o tem demonstrado sem segredo — que há milhares de processos paralisados sem que os proponentes possam ser atendidos porque o valor do imóvel é superior a duzentos ou trezentas vezes o maior salário mínimo mensal vigente no País.

Para obviar a dificuldade, facilitando a execução justa do plano de habitação, sem prejudicar os órgãos financiadores, a Emenda propõe apenas que, quando se tratar de imóvel de valor superior a quatrocentas vezes o maior salário mínimo, os mutuários possam completar, com seus recursos, o preço da operação.

Não sei qual a razão por que os ilustres relatores ofereceram parecer contrário à Emenda. A Emenda, enfim, completa o sistema do plano. A Emenda é simples complemento ao regime da lei vigente. Apenas excluindo uma limitação que se tornou imprópria em face do aumento gradual e excessivo do valor dos imóveis. E por outro lado, faculto apenas a quem quiser e puder, na condição de mutuário, completar o valor da operação com seus próprios recursos, não com os recursos do órgão financiador.

Dai porque, Sr. Presidente, estou sustentando a Emenda, na expectativa de que os ilustres relatores, pelo menos em atenção ao Plenário, ofereçam as razões plenas pelas quais seus pareceres foram contrários. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à votação da Emenda. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados (Pausa).

Está rejeitada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. GAY DA FONSECA:

(Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, havia pedido destaque para a emenda n.º 7.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A emenda número 7 foi aprovada.

O SR. GAY DA FONSECA:

Emenda n.º 7 de Plenário que constava com parecer contrário do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — V. Exa. havia pedido destaque para apreciação em separado. Precisamente, ela foi votada e aprovada.

O SR. GAY DA FONSECA — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin.)

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 174, de 1964 (n.º 859-B-63 na Casa de origem), que dispõe sobre concurso de prognósticos esportivos e dá outras providências, tendo

Pareceres (sob ns. 452 a 455, de 1966) das Comissões:

— de Educação e Cultura;

1º pronunciamento: pela audiência do Conselho Nacional de Desportos e do Ministério da Educação;

2º pronunciamento, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e do Substitutivo; e

— de Finanças, favorável ao Substitutivo.

Sobre a mesa requerimento que se lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento n.º 210, de 1966

Nos termos dos arts. 212, letra "1" e 274, letra "b", do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara número 174-64 (n.º 859-B-63, na Casa de origem), a fim de ser feita na sessão, de 1 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1966. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação o requerimento que acaba de ser lido. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, a matéria será apreciada na sessão do dia 1 de junho deste ano.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.) Lembro aos Srs. Senadores que estão convocados para uma sessão conjunta do Congresso Nacional, amanhã, às 10 horas.

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão, designando para próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 27 de maio de 1966

(SEXTA-FEIRA)

1

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 321, DE 1965

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 520, de 1966, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 321, de 1965 (n.º 1.022-B-63, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo de menores e dá outras providências.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1966

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 86 de 1966 (n.º 3.496-B-66, na Casa de origem), que retifica, sem onus, a Lei n.º 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, tendo

Parecer, sob n.º 521, de 1966, da Comissão de Redação, com a redação do vencido no turno anterior.

3

REDAÇÃO FINAL — PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1966

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 522, de 1966, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 92, de 1966 (n.º 3.512-B-66, na Casa de origem), que modifica dispositivos da Lei n.º 2.180, de 5 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PORTARIA Nº 1, DE 1966

A Comissão Diretora resolve: A Usina Geradora, órgão anexo ao Serviço Gráfico do Senado, aplica-se o disposto na Portaria n.º 2, de 1965, desta Comissão.

Senado Federal, 26 de maio de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 30, DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Aloisio Barbosa de Souza, Roberto Velloso e José Pinto Carneiro Lacerda, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e Assessor-Legislativo, respectivamente, para sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente havido com o auto do Senado, placa n.º 187, a seu serviço, sob a direção do servidor Johnson da Silva, bem como avaliar os danos sofridos pela viatura.

Secretaria do Senado Federal, 26 de maio de 1966. — Emanoel Mendes Vianna, Diretor-Geral.

EDITAL

A Secretária da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria n.º 7, de 11 de abril de 1966, do Exmo. Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal, em cumprimento de ordem do Presidente e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 226, da Resolução n.º 6-60 (Regulamento da Secretaria do Senado), cita, pelo presente Edital o Sr. Vicente Carlos de Lima, Motorista, Substituto, FT-5, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste, comparecer no 2º

andar do Anexo do Senado, sala 9, a fim de apresentar defesa escrita, dentro de 10 (dez) dias, no Processo Administrativo a que se responde, por abandono de cargo, sob pena de revella.

Brasília, 18 de abril de 1966. — Zuleika de Castro Monteiro, Secretária.

EDITAL

A Secretária da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria número 8, de 14 de abril de 1966, do Excelentíssimo Sr. Primeiro-Secretário do Senado Federal, em cumprimento de ordem do Sr. Presidente e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 226, da Resolução n.º 6-60 (Regulamento da Secretaria do Senado), cita, pelo presente Edital o Sr. Mario Jager, Auxiliar de Limpeza, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste, comparecer no 2º andar do Anexo do Senado, sala 9, a fim de apresentar defesa escrita, dentro de 10 (dez) dias, no Processo Administrativo a que responde, por abandono de cargo, sob pena de revella.

Brasília, 25 de maio de 1966. — Zuleika de Castro Monteiro, Secretária.

EDITAL

A Secretária da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria número 9, de 14 de abril de 1966, do Exmo. Sr. Primeiro-Secretário do Senado Federal, em cumprimento de ordem do Sr. Presidente e tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 226, da Resolução n.º 6-60 (Regulamento da Secretaria do Senado), cita, pelo presente Edital o Sr. Hélio Chaves, Auxiliar de Secretaria, Substituto, FT-5, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste, compa-

no 22º andar do Anexo do Senado, sala 9, a fim de apresentar de-
escrita dentro de 10 (dez) dias,
do Processo Administrativo a que

responde, por abandono de cargo, sob
pena de revelia.

Brasília, 5 de maio de 1966. — Zu-
leika de Castro Monteiro, Secretária

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALI- ZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 1966

As 15h do dia 25 de maio de 1966,
na Sala das Comissões, sob a presi-
dência do Senhor Senador Milton
Campos, presentes os Senhores Sena-
dores Wilson Gonçalves, Jefferson de
Aguilar, Afonso Arinos, Herivaldo Vi-
eira, Gay da Fonseca, Bezerra Neto e
Josaphat Marinho, reúne-se a Comis-
são de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores
Senadores Eurico Rezende e Arthur
Virgílio.

É dispensada a leitura da ata da
reunião anterior e, em seguida, assi-
nada.

O Senhor Presidente declara que,
havendo número legal, estão abertos
os trabalhos da Comissão e concede
a palavra ao Senador Bezerra Neto
que lê o seu parecer apresentado ao
Projeto de Lei do Senado nº 31-65 —
forma extensivos aos funcionários pu-
blicos civis da União, ocupantes de
cargos para cujo exercício seja exigi-
do diploma específico de nível uni-
versitário, o disposto na Lei número
2.668, de 20-12-55, concluindo pela
rejeição por injuridico.

Submetido o parecer à discussão e
votação, sem restrições é assinado.

O Senhor Senador Josaphat Mari-
nho passa a apresentar seus pareceres
sobre o Projeto de Lei do Sena-
do nº 30-83 — Dispõe sobre as ativi-
dades da indústria farmacêutica e dá
outras providências, considerando-o
constitucional e apresentando um
substitutivo e dando pela constitu-
cionalidade, sugerindo a forma por que
deve ser regularizada a matéria, da
redação nº 2-63, do Sr. Senador
Afonso Arinos solicitando sejam ouvi-
das as Comissões de Constituição e
Justiça, de Relações Exteriores e de
Finanças, sobre a circular do Senhor
Ministro da Justiça aos Governado-
res de Estado, relativa à concessão de
empréstimos externos aos Estados.

Submetidos os pareceres à discussão
e votação, sem restrições são aprova-
dos.

A seguir, o Senhor Senador Gay da
Fonseca relata o Aviso nº 190-GM do
Sr. Ministro da Viação e Obras Pú-
blicas encaminhando solicitação do
Presidente da Rede Ferroviária Fe-
deral Sociedade Anônima, a fim de
que os processos relativos a requeri-
mentos de informações e pedidos de
denúncia sobre projetos de lei
referentes à Rede sejam encaminha-
dos diretamente àquela Empresa, con-
cluindo pela sua constitucionalidade e
juridicidade.

Submetido o parecer à discussão e
votação, sem restrições é aprovado.

Quanto ao Projeto de Lei do Se-
nado nº 148-83, constante da pauta,
tem adiada sua discussão para a pró-

xima sessão uma vez que o seu Rela-
tor Senador Gay da Fonseca, concor-
da com o pedido do Senador Josaphat
Marinho de que, por ocasião da
discussão do projeto, seja convocado
o seu autor, Senador Ermirio de M-
raís, que deseja prestar esclarecimen-
tos sobre a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encer-
ra-se a reunião, lavrando eu, Maria
Helena Bueno Brandão, Secretária, a
presente ata que depois de lida e as-
sinada será assinada pelo Senhor Pre-
sidente.

Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1966 (C.N.) que Altera o Art. 185 da Constituição

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1966

As dezessais horas e trinta minu-
tos do dia dezoito de maio de mil no-
vecentos e sessenta e seis, na Sala
das Comissões do Senado Federal,
presentes os Senhores Senadores Raul
Gilberti, Adolpho Franco, Gay da
Fonseca, Manoel Villaga, Cattete Pi-
nheiro, Wilson Gonçalves, Aurélio
Vianna, Pedro Ludovico, Edmundo
Levi, José Ermirio e os Senhores
Deputados João Alves, Flávio Mar-
cílio, Dulcino Monteiro, Emílio Gomes,
Floriano Paixão e Hamilton Nogueira,
sob a presidência do Senhor Depu-
tado Benjamin Fauran, reúne-se a
Comissão Mista incumbida do estudo
do Projeto de Emenda à Constituição
nº 1, de 1966 (CN) que altera o ar-
tigo 185 da Constituição, para apre-
ciar o parecer do Relator sobre a
matéria.

Deixam de comparecer à reunião,
por motivo justificado, os Senhores
Senadores José Leite e Edmundo Le-
vi e os Senhores Deputados Arruda
Câmara, Aderbal Jurema, Pinheiro
Chagas e Régis Pacheco.

É dispensada a leitura da ata an-
terior, e em seguida aprovada.

Preliminarmente, o Senhor Presi-
dente lê comunicação das respectivas
lideranças, substituindo os Senhores
Senadores Jefferson de Aguiar e Jo-
saphat Marinho pelos Senhores Sena-
dores Raul Gilberti e Aurélio Vianna,
respectivamente, e do Senhor Depu-
tado Dulcino Monteiro.

Iniciando os trabalhos da Comissão,
o Senhor Presidente concede a palavra
ao Senhor Deputado João Alves que
lê o seu parecer contrário às sube-
mendas de ns. 1, 2, 3 e 4, pelas im-
pertinência da subemenda nº 5 e fa-
vorável às de ns. 6 e 7.

As dezessete horas e vinte minutos
é suspensa a reunião, por quinze mi-

nutos, a fim de que os Senhores Se-
nadores tomassem parte na votação
nominal, em plenário do Senado.

Reabertos os trabalhos da Comis-
são, o Senhor Presidente submete o
parecer do Relator à discussão e vo-
tação.

Usam da palavra os Senhores Sena-
dores Aurélio Vianna, José Ermirio,
Manoel Villaga, Gay da Fonseca e
os Senhores Deputados, Hamilton
Nogueira e Flávio Mar-
cílio.

O Parecer é aprovado, ressalvados
os destaques:

A subemenda nº 3, do Senhor
doutor Aurélio Vianna;

A subemenda nº 6, do Senhor Se-
nador Cattete Pinheiro;

A subemenda nº 2, dos Senhores
Senadores Gay da Fonseca e Manoel
Villaga;

A subemenda nº 5, dos Senhores
Deputados Dulcino Monteiro e Flávio
Marcílio;

A subemenda nº 1, do Senhor
Deputado Floriano Paixão.

O Senhor Senador Aurélio Vianna
solicita prioridade para o destaque de
sua autoria, relativo a subemenda
nº 3, com o que concorda a Co-
missão.

Em votação, é o destaque aprova-
do, ficando prejudicados os demais,
exceto o de nº 2, referente a subemen-
da nº 6, que foi aprovada pela Co-
missão.

Finalizando, o Senhor Deputado
João Alves, Relator, solicita ao Se-
nador Presidente fosse designado um
outro parlamentar para relatar o
vencido, uma vez que Sua Excelência
não concordava com a aprovação da
subemenda nº 3.

O Senhor Presidente convida o
Senador Senador Aurélio Vianna para
relatar o vencido.

Nada mais havendo a tratar, encer-
ra-se a reunião lavrando eu, Carme-
lita de Sousa, Oficial Legislativo
PI-6, do Quadro de Secretária do
Senado Federal, e Secretária da Co-
missão, a presente ata que uma vez
aprovada, será assinada pelo Senhor
Presidente e demais membros da Co-
missão.

Comissão Especial de "Projeto de Emenda à Constituição nº 1/1965 dá nova redação ao § 1º do Artigo 153 da Constituição Federal"

3ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 1966

As 15,30 horas do dia vinte e cin-
co do mês de maio do ano de mil no-
vecentos e sessenta e seis, presentes
os Senhores Senadores José Leite;
Presidente, Aurélio Vianna; Relator,
José Ermirio, Lobão da Silveira, Vi-
torino Freire, Eurico Rezende, Jeffer-
son de Aguiar, José Guimard de Se-
bastião Archer, na Sala da Comissão
de Valorização da Amazônia, reúne-se
a Comissão Especial de Projeto de
Emenda à Constituição nº 1-1965
(SF). — "Da nova redação ao § 1º

do art. 153 da Constituição Federal,
a fim de ser apreciado o parecer do
Senador Aurélio Vianna a subemenda
da Comissão e concede a palavra ao
Senador Senador Aurélio Vianna que
lê o parecer de sua autoria favorável
à subemenda ao projeto. Sem que
ninguém peça a palavra o Senhor
Presidente submete à discussão e em
seguida a votação.

É o parecer aprovado por unanimi-
dade.

Finalizando, o Senhor Presidente
comunica que a Comissão encerrou os
seus trabalhos, e aproveita a oportu-
nidade para agradecer a colabora-
ção de seus pares no cumprimento da
referida missão.

Nada mais havendo a tratar, encer-
ra-se a reunião, lavrando eu, Neuza
Joanna Orlando Veríssimo, Secretária,
a presente ata, que, uma vez
aprovada, será assinada pelo Senhor
Presidente e demais membros.

Comissão Especial de Projeto de Emenda à Constituição nº 4/1965 — (C.D.) Altera a redação do Artigo 199 da Constituição Federal, supri- mindo-lhe o Parágrafo Único

2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 1966

As 14,30 horas do dia vinte e cinco
do mês de maio do ano de mil nove-
centos e sessenta e seis, presentes os
Senhores Senadores Jefferson de
Aguilar; Presidente, Gay da Fonseca;
Vice-Presidente, Edmundo Levi; Re-
lator, Wilson Gonçalves, Manoel Vil-
laga, Eurico Rezende, Afonso Arinos,
Milton Campos e Josaphat Marinho,
na Sala da Comissão de Valorização
da Amazônia, reúne-se a Comissão
Especial de Projeto de Emenda à
Constituição nº 4-1965 (CD) — "Al-
tera a redação do art. 199 da Cons-
tituição Federal, suprimindo-lhe o pa-
rágrafo único, a fim de ser apreciado
o parecer do Senador Edmundo Levi.

O Senhor Presidente Jefferson de
Aguilar declara instalados os traba-
lhos da Comissão e concede a pala-
vra ao Sr. Senador Edmundo Levi,
que lê o parecer de sua autoria, favo-
rável ao projeto. Sem que ninguém
peça a palavra o Senhor Presidente
submete à discussão e em seguida a
votação.

É o parecer aprovado por unanimi-
dade.

Finalizando o Senhor Presidente
Comunica que a Comissão encerrou
os seus trabalhos, e aproveita a oportu-
nidade para agradecer a colabora-
ção de seus pares no cumprimento da
referida missão.

Nada mais havendo a tratar encer-
ra-se a reunião, lavrando eu, Neuza
Joanna Orlando Veríssimo, Secretária,
a presente ata, que, uma vez apro-
vada, será assinada pelo Senhor Pre-
sidente e demais membros.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da
 Silva
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Giuberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Aarão Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valadares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Pericles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valadares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Pericles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
 Júlio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermírio

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnou de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quarta-feira, às 15,30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Loo da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaza
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Pericles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.